

Relatório e Contas 2007

Millenniumbcp Fortis
GRUPO SEGUADOR

VOLUME II
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS

□ CONTEÚDO

I Demonstrações financeiras consolidadas

6 Demonstração dos resultados consolidados

7 Balanço consolidado

8 Demonstração das alterações no capital próprio consolidado

9 Demonstração dos fluxos de caixa consolidados

II Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

12 II.1 Políticas contabilísticas

25 II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

28 II.3 Reporte por segmentos

30 II.4 Notas à demonstração dos resultados consolidados

30 Nota 1 Prémios adquiridos líquidos de resseguro

31 Nota 2 Juros

31 Nota 3 Dividendos e outros proveitos similares

31 Nota 4 Resultados de activos financeiros ao justo valor através de resultados

32 Nota 5 Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

32 Nota 6 Resultados de investimentos relativos a contratos vida em que o risco do investimento é suportado pelo tomador de seguro

32 Nota 7 Comissões e outros proveitos similares

33 Nota 8 Outros proveitos

33 Nota 9 Variação de provisões técnicas líquidas de resseguro

33 Nota 10 Variação dos passivos por contratos de investimento

34 Nota 11 Imparidade de outros activos (líquida de reversões) e variação de outras provisões

34 Nota 12 Custos de aquisição líquidos de resseguro

35 Nota 13 Gastos gerais e administrativos

36 Nota 14 Depreciações e amortizações

36 Nota 15 Outros custos

37 II.5 Notas ao balanço consolidado

37 Nota 16 Caixa e disponibilidades

37 Nota 17 Aplicações em instituições de crédito

37 Nota 18 Activos e passivos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados

38 Nota 19 Activos financeiros disponíveis para venda

38 Nota 20 Propriedades de investimento

39 Nota 21 Investimentos relativos a contratos vida em que o risco do investimento é suportado pelo tomador de seguro

39 Nota 22 Devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outros

40 Nota 23 Goodwill e outros activos intangíveis

41 Nota 24 Activos tangíveis

42 Nota 25 Impostos correntes e Impostos diferidos

44 Nota 26 Outros activos

44 Nota 27 Provisões técnicas de contratos de seguro, de resseguro cedido e custos de aquisição diferidos

46 Nota 28 Passivos por contratos de investimento

47 Nota 29 Depósitos recebidos de resseguradores

47 Nota 30 Provisões

48 Nota 31 Credores por operações de seguro directo, de resseguro e outros

48 Nota 32 Outros passivos

49 II.6 Notas à demonstração das alterações no capital próprio consolidado

49 Nota 33 Capital, reservas e resultados transitados

51 II.7 Informação adicional ao reporte por segmentos

51 Nota 34 Conta técnica Não Vida por ramo

52 Nota 35 Conta técnica Vida por produto

52 II.8 Outras notas

52 Nota 36 Benefícios a empregados (incluindo stock options)

57 Nota 37 Transacções com partes relacionadas

58 Nota 38 Activos sob gestão

59 Nota 39 Gestão de riscos


74 Nota 40 Justo valor

75 Nota 41 Passivos contingentes e compromissos

76 Nota 42 Demonstrações financeiras individuais da Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.

76 Nota 43 Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

III Relatório dos auditores



I Demonstrações Financeiras Consolidadas

□ I – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS


Demonstração dos Resultados Consolidados [Milhares de Euros]	Notas	2007	2006
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1	967.269	964.557
Juros	2	149.576	101.864
Dividendos e outros proveitos similares	3	4.843	1.853
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de resultados	4	(2.238)	432
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	5	34.976	40.820
Outros resultados		(171)	(36)
Resultados de investimentos relativos a contratos vida em que o risco do investimento é suportado pelo tomador de seguro	6	87.489	31.193
Comissões e outros proveitos similares	7	70.554	59.589
Outros proveitos	8	6.200	9.585
Total de proveitos		1.318.498	1.209.857
Variação de provisões técnicas líquidas de resseguro	9	(125.191)	(116.277)
Variação dos passivos por contratos de investimento			
– com participação nos resultados discricionária	10	(828.573)	(809.254)
– ao justo valor através de resultados	10	(80.637)	(31.190)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	11	(1.453)	(1.319)
Variação de outras provisões	11	(320)	(1.478)
Custos de aquisição líquidos de resseguro	12	(21.665)	(13.246)
Gastos gerais e administrativos	13	(80.354)	(82.138)
Depreciações e amortizações	14	(52.034)	(57.735)
Outros custos	15	(8.674)	(4.550)
Total de custos		(1.198.901)	(1.117.187)
Resultado do exercício antes de impostos		119.597	92.670
Impostos	25	(32.300)	(22.236)
Resultado líquido do exercício		87.297	70.434
Atribuível aos:			
Accionistas da empresa mãe		87.297	70.434
Interesses minoritários		–	–

Balanço Consolidado [Milhares de Euros]	Notas	2007	2006
Caixa e disponibilidades	16	144.609	294.028
Aplicações em instituições de crédito	17	141.400	86.400
Activos financeiros detidos para negociação	18	1.608	373
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	18	42.104	37.424
Activos financeiros disponíveis para venda	19	4.287.228	3.973.927
Propriedades de investimento	20	7.760	8.647
Investimentos relativos a contratos vida em que o risco do investimento é suportado pelo tomador de seguro	21	5.514.540	5.170.564
Provisões técnicas de resseguro cedido	27	65.244	69.330
Devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	22	73.444	98.718
Goodwill e outros activos intangíveis	23	672.957	724.492
Activos tangíveis	24	1.921	1.769
Activos por impostos correntes		767	–
Activos por impostos diferidos	25	1.861	11.843
Custos de aquisição diferidos	27	5.185	5.539
Outros activos	26	20.590	27.511
Total do activo		10.981.218	10.510.565
Provisões técnicas relativas aos contratos de seguro	27	321.996	317.542
Passivos por contratos de investimento			
– com participação nos resultados discricionária	28	3.846.028	3.527.891
– ao justo valor através de resultados	28	5.515.678	5.177.117
Depósitos recebidos de resseguradores	29	64.639	62.766
Provisões	30	1.872	1.760
Credores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	31	57.460	189.836
Passivos por impostos correntes		16.147	17.402
Passivos por impostos diferidos	25	68.659	116.390
Outros passivos	32	25.266	18.920
Total do passivo		9.917.745	9.429.624
Capital		1.000.002	1.000.002
Resultados transitados		42.416	9.380
Outras Reservas		4.439	2.041
Reservas de justo valor		(70.681)	(916)
Resultado líquido do exercício		87.297	70.434
Total do capital próprio	33	1.063.473	1.080.941
Total do passivo e capital próprio		10.981.218	10.510.565

□ I – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Demonstração das alterações no capital próprio consolidado [Milhares de Euros]

	Capital	Reservas de justo valor			Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
		Valor bruto	Impostos diferidos	Valor líquido				
Saldos em 01 de Janeiro 2006	1.000.002	25.151	(7.109)	18.042	–	(2)	39.423	1.057.465
Transferência de resultados	–	–	–	–	2.041	37.382	(39.423)	–
Reservas de justo valor	–	(47.151)	13.246	(33.905)	–	–	–	(33.905)
Efeito de <i>Shadow accounting</i>	–	20.620	(5.673)	14.947	–	–	–	14.947
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	70.434	70.434
Dividendos pagos em 2006	–	–	–	–	–	(28.000)	–	(28.000)
Saldos em 31 de Dezembro 2006	1.000.002	(1.380)	464	(916)	2.041	9.380	70.434	1.080.941
Transferência de resultados	–	–	–	–	2.398	68.036	(70.434)	–
Reservas de justo valor	–	(95.148)	25.216	(69.932)	–	–	–	(69.932)
Efeito de <i>Shadow accounting</i>	–	227	(60)	167	–	–	–	167
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	87.297	87.297
Dividendos pagos em 2007	–	–	–	–	–	(35.000)	–	(35.000)
Saldos em 31 de Dezembro 2007	1.000.002	(96.301)	25.620	(70.681)	4.439	42.416	87.297	1.063.473

Demonstração dos fluxos de caixa consolidados [Milhares de Euros]	2007	2006
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	87.297	70.434
Ajustamentos por:		
Depreciações e amortizações do exercício	52.034	57.735
Variação de provisões técnicas relativas aos contratos de seguro	4.454	15.082
Variação dos passivos decorrentes de contratos de investimento	656.698	664.219
Variação de provisões	112	1.289
Variação de provisões técnicas de resseguro cedido	4.086	640
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(1.773)	(2.797)
Variação nos custos de aquisição diferidos	354	1.309
Variação nos impostos diferidos activos/passivos	(37.749)	(26.800)
Variações nos activos e passivos operacionais		
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	(1.235)	(1.002)
Devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	27.602	34.698
Outros activos e passivos	11.248	5.501
Credores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	(132.376)	122.069
Depósitos recebidos de resseguradores	1.873	1.562
	672.625	943.939
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Variações nos activos financeiros ao justo valor através de resultados	(4.681)	(8.087)
Variações nos activos financeiros disponíveis para venda	(383.067)	(543.181)
Variações nos investimentos relativos a contratos vida em que o risco do investimento é suportado pelo tomador de seguro	(343.975)	(294.585)
Aquisições de activos tangíveis	(321)	(530)
Aplicações em instituições de crédito	(55.000)	142.902
	(787.044)	(703.481)
Fluxo de caixa de actividades de financiamento		
Dividendos pagos	(35.000)	(28.000)
	(35.000)	(28.000)
Variação líquida em caixa e equivalentes	(149.419)	212.458
Caixa e equivalentes no início do período	294.028	81.570
Caixa e equivalentes no fim do período	144.609	294.028



II Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

□ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

II.1 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

A Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., ('Millenniumbcp Fortis' ou 'Grupo'), é uma sociedade privada, constituída em Portugal por escritura em 28 de Setembro de 2004, sendo detida pelo Grupo Fortis (51%) e pelo Banco Comercial Português, S.A. (49%).

A Sociedade tem por objectivo único a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas. Neste âmbito pode prestar serviços técnicos de administração e gestão às sociedades em que possua participação, de acordo com os estatutos e as leis aplicáveis, e pode adquirir participações em qualquer outra sociedade.

Na sequência do contrato estabelecido em Julho de 2004 entre o Banco Comercial Português, S.A., e o Grupo Fortis, a Millenniumbcp Fortis adquiriu a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., Pensõesger – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e a Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. O referido contrato foi sujeito à condição suspensiva de não oposição pelas Entidades Reguladoras. As referidas autorizações pelas entidades reguladoras nacionais foram obtidas em Dezembro de 2004, permitindo a efectivação do contrato. As acções foram legalmente transferidas em Janeiro de 2005, data em que foi obtido o controlo sobre as subsidiárias.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 e foram preparadas de acordo com os IFRS em vigor tal como adoptados na União. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC"), e pelos respectivos órgãos antecessores.

Na preparação das suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, o Grupo adoptou o IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações bem como a IAS 1 (alterada) Apresentação das demonstrações financeiras – Requisitos de divulgação de capital regulamentar. Estas normas, de aplicação obrigatória com referência a 1 de Janeiro de 2007, tiveram impacto ao nível das divulgações apresentadas, não tendo tido qualquer efeito nos capitais próprios do Grupo. De acordo com as disposições transitórias destas normas, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Adicionalmente, o Grupo adoptou ainda em 2007 o IFRIC 10 Reporte financeiro interino e imparidade. A adopção desta interpretação não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente a todas as empresas do Grupo e para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em milhares de euro, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os IFRS requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos

sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

b) Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas da Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. ('Companhia mãe') incluem as contas da Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., e das suas subsidiárias ("Grupo").

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, tal excesso é atribuível ao Grupo na medida em que for incorrido. Subsequentes lucros obtidos por tal subsidiária são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

As demonstrações financeiras consolidadas reflectem os activos, passivos e resultados de empresas subsidiárias. Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício concorrem para os resultados consolidados desde a data de aquisição até à data de venda.

Em 31 de Dezembro de 2007 as empresas subsidiárias incluídas na consolidação eram as seguintes:

Subsidiárias	% de participação	Actividade económica
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	100%	Seguros
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	100%	Seguros de vida
Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos Pensões, S.A.	100%	Gestão de fundos de Pensões
Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.	100%	Seguros de Saúde

Goodwill

As aquisições de empresas subsidiárias são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos e instrumentos de capital cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

O goodwill representa a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível dos activos líquidos adquiridos pelo Grupo.

O valor do negócio adquirido (*Value of Business Acquired – VOBA*) é reconhecido como um activo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas. O VOBA corresponde ao valor actual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

O goodwill positivo é registado no activo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais. O goodwill negativo é reconhecido directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

□ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados consolidados.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas.

c) Contratos de seguro e de investimento

Classificação

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afectar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo o risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Reconhecimento e mensuração

Os prémios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro. Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efectuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

As responsabilidades correspondem ao valor actual dos benefícios futuros a pagar, líquidos de despesas administrativas associadas directamente aos contratos, deduzidos dos prémios teóricos que seriam necessários para cumprir com os benefícios estabelecidos e as respectivas despesas. As responsabilidades são determinadas com base em pressupostos de mortalidade, despesas de gestão ou de investimento à data da avaliação.

Relativamente aos contratos cujo período de pagamento é significativamente mais reduzido do que o período do benefício, os prémios são diferidos e reconhecidos em resultados proporcionalmente ao período de duração da cobertura do risco.

No que respeita aos contratos de curta duração, nomeadamente contratos do ramo não vida, os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base *pro-rata* durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

Os contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (*unit linked*) emitidos pelo Grupo que apenas transferem risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, foram classificados como contratos de investimento e contabilizados como instru-

mentos financeiros. Os passivos correspondem ao valor da unidade de participação, deduzido das comissões de gestão, comissões de resgate e quaisquer penalizações.

Os contratos *unit linked* detidos pelo Grupo são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, o qual depende do justo valor dos activos financeiros, derivados e/ou propriedades de investimento que integram o fundo de investimento colectivo *unit linked*. São utilizadas técnicas de valorização para determinar o justo valor à data de emissão e em cada data de balanço. O justo valor do passivo financeiro é determinado através das unidades de participação, que reflectem o justo valor dos activos que integram cada fundo de investimento, multiplicado pelo número de unidades de participação atribuíveis a cada tomador de seguro à data de balanço.

Os investimentos *unit linked* dizem respeito a contratos ligados a fundos de investimento colectivo *unit linked* subscritos através de unidades de participação, sendo a totalidade dos rendimentos dos respectivos fundos autónomos atribuíveis ao tomador de seguro. Os investimentos são valorizados ao justo valor através de resultados. Os passivos por contratos *unit linked* representam o valor capitalizado dos prémios recebidos à data de balanço, incluindo o justo valor de quaisquer garantias ou derivados embutidos.

d) Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

e) Provisões técnicas

Provisão matemática do ramo Vida

As provisões matemáticas referentes ao ramo Vida, têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras do Grupo relativamente às apólices emitidas e são calculadas com base em métodos actuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pelo Grupo com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos.

As reservas matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos actuariais por referência a métodos actuariais reconhecidos e legislação laboral vigente.

A provisão para sinistros não é descontada, excepto as pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho.

□ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte.

Provisão para envelhecimento

A provisão para envelhecimento corresponde ao valor actual dos compromissos futuros do Grupo, decorrentes de contratos de saúde, após dedução do valor actual dos prémios futuros. A provisão é calculada apenas para os contratos com duração superior a um ano e com prémios nivelados.

Teste de adequação das responsabilidades

À data do balanço, o Grupo procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efectuada tendo por base a projecção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Esta avaliação é efectuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados do Grupo quando determinada.

Shadow accounting

De acordo com o estabelecido no IFRS 4, os ganhos e perdas não realizados dos activos financeiros afectos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade (ver nota 28).

f) Activos financeiros

Classificação

A Millenniumbcp Fortis classifica os seus activos financeiros no início da transacção considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados – Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Esta categoria inclui os investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro.
- Activos financeiros disponíveis para venda – Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias.

- Empréstimos concedidos e contas a receber – Esta categoria inclui valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) activos financeiros disponíveis para venda e (iii) empréstimos concedidos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação (“trade date”), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (“bid-price”). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

De acordo com as exigências do IAS 39, o Grupo não procede à transferência de instrumentos financeiros de e para a categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

□ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, que corresponde à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“trade date”), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente nos resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“discounted cash flows”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado. Os instrumentos financeiros derivados para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas nos resultados.

g) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar a tomadores de seguro, resseguradores e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

h) Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

i) Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respectivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de um risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados na rubrica de empréstimos como activos ou passivos financeiros relacionados com a actividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efectiva.

A Millenniumbcp Fortis aceita e/ou cede negócio no decurso da sua actividade normal. Os valores a receber relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a receber de empresas de seguro e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os valores relacionados com o resseguro são apresentados no balanço consolidado pelo seu valor líquido, excepto quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com o resseguro aceite no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro directo.

j) Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, excepto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

k) Activos tangíveis

Os activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

□ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações dos activos tangíveis são calculadas de acordo com o método linear durante a vida útil esperada, como segue:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	25
Equipamento administrativo	8
Equipamento informático	3 a 5
Máquinas, aparelhos e ferramentas	5 a 7
Instalações interiores	10
Material de transporte	4
Outros activos tangíveis	4 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

I) Activos intangíveis

O valor do negócio adquirido (*Value of Business Acquired –VOBA*) é reconhecido como um activo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas. O VOBA corresponde ao valor actual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente entre 3 a 5 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das empresas do Grupo enquanto estiverem directamente afectos aos projectos. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual não excede os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

m) Propriedades de investimento

O Grupo classifica como propriedades de investimento os edifícios arrendados.

As propriedades de investimento do Grupo encontram-se valorizadas ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade. As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, até ao seu valor residual no final da sua vida estimada.

Quando existe indicação de que uma propriedade de investimento possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de uma propriedade de investimento exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado da propriedade de investimento e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os custos subsequentes com as propriedades de investimento são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo em montante superior ao valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que originalmente se esperam vir a obter do uso continuado da propriedade de investimento.

n) Locações

A Millenniumbcp Fortis classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras – como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

o) Caixa e disponibilidades

Caixa e disponibilidades englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

□ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

p) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

q) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

r) Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

s) Benefícios aos empregados

Plano de benefício definido

O Grupo assumiu a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (“CCT”).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo “Plano ACTV – Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário (ACTV)”, “Plano ACTQ – Acordo Colectivo de Trabalho dos Quadros do Sector Bancário (ACTQ)” e Plano CCT – Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT)”.

As obrigações com pensões de reforma do Grupo estão cobertas por um único fundo de pensões denominado de “Fundo de Pensões do Grupo BCP”, nos termos do qual, desde que verificado determinado condicionalismo em cada exercício, poderão ser atribuídos complementos de reforma aos colaboradores do Grupo, salvaguardadas as especificidades dos instrumentos da regulamentação colectiva (Plano Complementar).

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pelo Grupo, individualmente para cada plano.

Os custos do serviço corrente em conjunto com o retorno esperado dos activos do plano deduzidos do “unwinding” dos passivos do plano, são registados por contrapartida de custos operacionais.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual e o justo valor de quaisquer activos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto utilizada neste calculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de rating de boa qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

De acordo com o método do corredor os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, são imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano.

Os encargos com reformas antecipadas, assim como os correspondentes ganhos e perdas actuariais, são reconhecidos nos resultados no momento em que a reforma antecipada é aprovada e anunciada.

O plano é financiado anualmente com contribuições de cada uma das Companhias do Grupo para cobrir responsabilidades projectadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado.

Em cada data de reporte o Grupo avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida

Para o Plano de contribuição definida, aplicável ao Plano complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores do Grupo são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Benefícios de saúde

O Grupo assumiu a responsabilidade de assistência médica vitalícia. O direito a este benefício está condicionado à permanência do colaborador no Grupo até à idade da reforma e ao cumprimento de um período de serviço mínimo.

A mensuração e reconhecimento das responsabilidades do Grupo com a assistência médica vitalícia, é semelhante à mensuração e reconhecimento das responsabilidades com pensões acima descritas.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Sistema de incentivos baseado em acções

O Grupo estabeleceu um plano de incentivos baseado em acções o qual consiste na atribuição aos seus colaboradores de opções de acções do Banco Comercial Português, S.A., o qual é o accionista minoritário do Grupo.

O justo valor dos serviços recebidos é determinado com referência ao justo valor das opções das acções na data da atribuição do benefício. O benefício determinado na data de atribuição e é reconhecido como custo durante o período do direito de subscrição (“vesting period”). O justo valor dos

□ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

serviços recebidos é determinado utilizando modelos de *pricing* que entram em consideração com o justo valor das acções à data de atribuição, o preço de exercício, o período de exercício, a volatilidade estimada dos activos subjacentes e os respectivos dividendos estimados e uma taxa de juro sem risco ao longo do período de opção. A cada data de balanço, a responsabilidade é avaliada ao justo valor através dos resultados.

Durante o primeiro trimestre de 2006 terminou o Plano constituído em 2003.

t) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

u) Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e benefícios específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

O Grupo encontra-se estruturado de acordo com as seguintes áreas de negócio:

- Seguros de Vida e Pensões
- Seguros Não Vida

No que respeita ao segmento Seguros de Vida e Pensões, a informação encontra-se desagregada pelas seguintes linhas de negócio: i) contratos de seguro: vida tradicional, ii) contratos de investimento (no âmbito do IFRS 4): contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e iii) contratos de investimento (no âmbito do IAS 39): contratos *unit-linked*. O sub-segmento Pensões está relacionado com a gestão de fundos de pensões, não tendo impacto na margem técnica do negócio de seguros do segmento.

O segmento Seguros Não Vida, inclui as seguintes linhas de negócio: Acidentes e Doença, Incêndio e Outros Danos, Automóvel e Outras linhas de negócio.

As actividades do Grupo localizam-se apenas em Portugal.

II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota II.1 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras consolidadas e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Provisões técnicas

As provisões técnicas incluindo provisões para sinistros correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos. As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais, rendas e acidentes e doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada do Grupo e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão matemática de contratos vida, (2) provisão para participação nos resultados, (3) provisão para prémios não adquiridos, (4) provisão para riscos em curso, (5) provisão para envelhecimento, (6) teste de adequação das responsabilidades e (7) provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização respectivas.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pelo Grupo é reconhecido como perda nos resultados. O Grupo estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento, o Grupo avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por actuários qualificados. O Grupo regista provisões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

□ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As provisões para sinistros não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação actuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa do Grupo de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros factores.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afectadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são directamente quantificáveis, particularmente numa base prospectiva. Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado ao Grupo. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

Imparidade dos activos de longo prazo

Os activos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

O valor recuperável do goodwill registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados consolidados.

Considerando, as incertezas quanto à determinação do valor de recuperação líquido dos activos tangíveis e intangíveis pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos distintos na determinação do nível de imparidade e consequentemente nos resultados do Grupo.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Grupo durante um período de quatro anos. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras consolidadas.

II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

II.3 Reporte por segmentos

Demonstração dos resultados consolidados [Milhares de Euros]	2007			2006		
	Vida e pensões	Não vida	Total	Vida e pensões	Não vida	Total
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	854.378	112.891	967.269	863.573	100.984	964.557
Juros	143.421	6.155	149.576	97.078	4.786	101.864
Dividendos e outros proveitos similares	4.709	134	4.843	1.785	68	1.853
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de resultados	(2.265)	27	(2.238)	410	22	432
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	33.541	1.435	34.976	38.841	1.979	40.820
Outros resultados	(170)	(1)	(171)	(33)	(3)	(36)
Resultados de investimentos relativos a contratos vida em que o risco do investimento é suportado pelo tomador de seguro	87.489	–	87.489	31.193	–	31.193
Comissões e outros proveitos similares	70.554	–	70.554	59.589	–	59.589
Outros proveitos	1.934	4.266	6.200	1.809	7.776	9.585
Total de proveitos	1.193.591	124.907	1.318.498	1.094.245	115.612	1.209.857
Variação de provisões técnicas líquidas de resseguro	(59.544)	(65.647)	(125.191)	(67.402)	(48.875)	(116.277)
Variação dos passivos por contratos de investimento						
– com participação nos resultados discricionária	(828.573)	–	(828.573)	(809.254)	–	(809.254)
– ao justo valor através de resultados	(80.637)	–	(80.637)	(31.190)	–	(31.190)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	217	(1.670)	(1.453)	(362)	(957)	(1.319)
Variação de outras provisões	–	(320)	(320)	(1.158)	(320)	(1.478)
Custos de aquisição líquidos de resseguro	(31.817)	10.152	(21.665)	(26.037)	12.791	(13.246)
Gastos gerais e administrativos	(41.041)	(39.313)	(80.354)	(41.637)	(40.501)	(82.138)
Depreciações e amortizações	(51.239)	(795)	(52.034)	(56.919)	(816)	(57.735)
Outros custos	(7.138)	(1.536)	(8.674)	(91)	(4.459)	(4.550)
Total de custos	(1.099.772)	(99.129)	(1.198.901)	(1.034.050)	(83.137)	(1.117.187)
Resultado do exercício antes de impostos	93.819	25.778	119.597	60.195	32.475	92.670
Impostos	(25.278)	(7.022)	(32.300)	(12.475)	(9.761)	(22.236)
Resultado líquido do exercício	68.541	18.756	87.297	47.720	22.714	70.434
Atribuível aos:						
Accionistas da empresa mãe	68.541	18.756	87.297	47.720	22.714	70.434
Interesses minoritários	–	–	–	–	–	–

Balanco consolidado [Milhares de Euros]	2007			2006		
	Vida e pensões	Não vida	Total	Vida e pensões	Não vida	Total
Caixa e disponibilidades	127.121	17.488	144.609	252.964	41.064	294.028
Aplicações em instituições de crédito	108.035	33.365	141.400	74.290	12.110	86.400
Activos financeiros detidos para negociação	1.589	19	1.608	366	7	373
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	42.104	—	42.104	37.424	—	37.424
Activos financeiros disponíveis para venda	4.145.956	141.272	4.287.228	3.841.404	132.523	3.973.927
Propriedades de investimento	7.760	—	7.760	8.647	—	8.647
Investimentos relativos a contratos vida em que o risco do investimento é suportado pelo tomador de seguro	5.514.540	—	5.514.540	5.170.564	—	5.170.564
Provisões técnicas de resseguro cedido	743	64.501	65.244	624	68.706	69.330
Devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	50.842	22.602	73.444	69.968	28.750	98.718
Goodwill e outros activos intangíveis	604.390	68.567	672.957	655.251	69.241	724.492
Activos tangíveis	1.579	342	1.921	1.359	410	1.769
Activos por impostos correntes	—	767	767	—	—	—
Activos por impostos diferidos	—	1.861	1.861	10.242	1.601	11.843
Custos de aquisição diferidos	—	5.185	5.185	—	5.539	5.539
Outros activos	18.422	2.168	20.590	22.880	4.631	27.511
Total do activo	10.623.081	358.137	10.981.218	10.145.983	364.582	10.510.565
Provisões técnicas relativas aos contratos de seguro	191.757	130.239	321.996	186.216	131.326	317.542
Passivos por contratos de investimento						
— com participação nos resultados discricionária	3.846.028	—	3.846.028	3.527.891	—	3.527.891
— ao justo valor através de resultados	5.515.678	—	5.515.678	5.177.117	—	5.177.117
Depósitos recebidos de resseguradores	6.444	58.195	64.639	6.051	56.715	62.766
Provisões	1.161	711	1.872	1.261	499	1.760
Credores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	46.046	11.414	57.460	171.280	18.556	189.836
Passivos por impostos correntes	15.948	199	16.147	10.804	6.598	17.402
Passivos por impostos diferidos	68.659	—	68.659	116.390	—	116.390
Outros passivos	19.106	6.160	25.266	11.791	7.129	18.920
Total do passivo	9.710.827	206.918	9.917.745	9.208.801	220.823	9.429.624
Capital	889.997	110.005	1.000.002	889.997	110.005	1.000.002
Resultados transitados	17.927	24.489	42.416	(2.245)	11.625	9.380
Outras Reservas	3.995	444	4.439	1.837	204	2.041
Reservas de justo valor	(68.206)	(2.475)	(70.681)	(127)	(789)	(916)
Resultado líquido do exercício	68.541	18.756	87.297	47.720	22.714	70.434
Total do capital próprio	912.254	151.219	1.063.473	937.182	143.759	1.080.941
Total do passivo e capital próprio	10.623.081	358.137	10.981.218	10.145.983	364.582	10.510.565

□ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

II.4 Notas à demonstração dos resultados consolidados

Nota I – Prémios adquiridos líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como segue:

[Milhares de Euros]	2007	2006
Prémios brutos emitidos – Vida	874.460	881.851
Prémios brutos emitidos – Não Vida	175.694	170.755
Prémios brutos emitidos	1.050.154	1.052.606
Prémios resseguro cedido – Vida	(20.082)	(18.278)
Prémios resseguro cedido – Não Vida	(61.857)	(67.505)
Prémios resseguro cedido	(81.939)	(85.783)
Variação prémios não adquiridos brutos	2.593	(309)
Variação prémios não adquiridos de resseguro cedido	(3.539)	(1.957)
Variação líquida de prémios não adquiridos	(946)	(2.266)
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro – Vida	854.378	863.573
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro – Não Vida	112.891	100.984
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	967.269	964.557

Os prémios brutos emitidos do ramo Vida incluem prémios de contratos com risco de seguro significativo e de contratos sem risco de seguro significativo mas com participação nos resultados discricionária.

Os prémios brutos emitidos do ramo Vida são analisados como segue:

[Milhares de Euros]	2007	2006
Contratos de seguro	174.035	168.373
Contratos de investimento com participação nos resultados discricionária	700.425	713.478
Prémios brutos emitidos (IFRS 4)	874.460	881.851

Os prémios brutos emitidos dos ramos Não Vida são analisados como segue:

[Milhares de Euros]	2007		2006	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	116.003	116.562	109.559	107.018
Incêndio e outros danos	32.575	33.221	30.834	31.419
Automóvel	20.934	22.221	23.966	25.237
Outros	6.182	6.283	6.396	6.772
Total	175.694	178.287	170.755	170.446

Os prémios de resseguro cedido dos ramos Não Vida são analisados como segue:

[Milhares de Euros]	2007		2006	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	22.502	24.082	24.673	24.578
Incêndio e outros danos	14.753	15.457	14.604	15.079
Automóvel	20.934	22.220	23.955	25.468
Outros	3.668	3.637	4.273	4.337
Total	61.857	65.396	67.505	69.462

Nota 2 – Juros

Os juros são analisados como segue:

[Milhares de Euros]	2007	2006
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	139.280	91.684
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	1.604	1.070
Juros de depósitos bancários	8.692	9.110
Total	149.576	101.864

Nota 3 – Dividendos e outros proveitos similares

Os dividendos e outros proveitos similares são analisados como segue:

[Milhares de Euros]	2007	2006
Dividendos de activos financeiros disponíveis para venda	4.150	1.140
Rendimentos de propriedades de investimento	693	713
Total	4.843	1.853

O saldo dos dividendos de activos financeiros disponíveis para venda correspondem a dividendos recebidos.

Nota 4 – Resultados de activos financeiros ao justo valor através de resultados

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

[Milhares de Euros]	2007			2006		
	Ganhos	(Perdas)	Total	Ganhos	(Perdas)	Total
Outros investimentos	–	(2.542)	(2.542)	284	(1.003)	(719)
Instrumentos financeiros derivados	1.153	(849)	304	1.326	(175)	1.151
Total	1.153	(3.391)	(2.238)	1.610	(1.178)	432

□ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Nota 5 – Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

[Milhares de Euros]	2007			2006		
	Ganhos	(Perdas)	Total	Ganhos	(Perdas)	Total
Dívida Pública	205	(7.062)	(6.857)	6.530	(8.398)	(1.868)
Obrigações de outros emissores	1.105	(220)	885	2.946	(4.238)	(1.292)
Acções	66.007	(25.059)	40.948	44.383	(403)	43.980
Total	67.317	(32.341)	34.976	53.859	(13.039)	40.820

Nota 6 – Resultados de investimentos relativos a contratos vida em que o risco do investimento é suportado pelo tomador de seguro

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

[Milhares de Euros]	2007	2006
Juros	251.002	230.896
Dividendos e outros proveitos similares	3	8
Ganhos/(perdas) de investimentos	(163.516)	(199.711)
Total	87.489	31.193

Nota 7 – Comissões e outros proveitos similares

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

[Milhares de Euros]	2007	2006
Comissões de gestão dos fundos de pensões	12.969	13.093
Comissões de gestão dos contratos de investimento sem participação nos resultados (incluindo <i>Unit Linked</i>)	57.585	46.496
Total	70.554	59.589

As comissões relativas aos contratos de investimento sem participação nos resultados discricionária (incluindo contratos *Unit Linked*), são determinadas como segue:

[Milhares de Euros]	2007	2006
Comissões de gestão	24.059	29.388
Resultados dos investimentos	90.049	28.171
Penalizações de resgates	1.029	1.006
Comissões e outros custos de aquisição	(14.045)	(12.859)
Juro técnico atribuído aos tomadores	(30.933)	14.308
Outros custos de gestão	(12.574)	(13.518)
Total	57.585	46.496

O movimento ascendente verificado na curva de taxa de juro durante o ano 2006 levou a que as variações de justo valor dos investimentos afectos aos fundos de unit linked diminuíssem significativamente, fazendo com que o nível de proveitos de investimentos desses fundos fosse negativo após a dedução do valor referente à comissão de gestão.

Nota 8 – Outros proveitos

A rubrica Outros proveitos inclui o montante de Euros 1.638.000 (2006: Euros 6.120.000) relativo ao contrato de prestação de serviços do Sistema de Orientação Pediátrica – Saúde 24 com a Administração Regional Saúde de Lisboa, Vale do Tejo e Centro. Em 22 de Março de 2007 a Médís – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde vendeu à Direcção Regional de Saúde a marca “Saúde 24”.

Nota 9 – Variação de provisões técnicas líquidas de resseguro

A variação de provisões técnicas líquidas de resseguro, é analisada como segue:

[Milhares de Euros]	2007			2006		
	Vida	Não-Vida	Total	Vida	Não-Vida	Total
Seguro directo						
Sinistros pagos	57.506	83.436	140.942	50.105	73.467	123.572
Variação da provisão para sinistros	74	869	943	2.086	7.611	9.697
Provisão matemática	5.849	–	5.849	14.009	–	14.009
Provisão para envelhecimento	–	–	–	–	(485)	(485)
Provisão para participação nos resultados	7.797	95	7.892	8.961	550	9.511
Provisão para riscos em curso	–	637	637	–	(9.906)	(9.906)
Total	71.226	85.037	156.263	75.161	71.237	146.398
Resseguro cedido						
Sinistros pagos	(11.562)	(20.056)	(31.618)	(7.700)	(21.104)	(28.804)
Variação da provisão para sinistros	–	666	666	(157)	(1.258)	(1.415)
Provisão matemática	(120)	–	(120)	98	–	98
Total	(11.682)	(19.390)	(31.072)	(7.759)	(22.362)	(30.121)
Total líquido de resseguro	59.544	65.647	125.191	67.402	48.875	116.277

Nota 10 – Variação dos passivos por contratos de investimento

A variação dos passivos por contratos de investimento ao justo valor através de resultados, é analisada como segue:

[Milhares de Euros]	2007	2006
Comissões	57.585	46.496
Juro técnico do exercício	30.933	(14.308)
Resgates e outras penalizações	(7.881)	(998)
Total	80.637	31.190

□ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A variação líquida em contratos de investimentos com participação nos resultados discricionária, é analisada como segue:

[Milhares de Euros]	2007	2006
Montantes pagos	510.143	396.593
Provisão para sinistros	(12.005)	(16.412)
Provisão matemática	278.084	391.341
Provisão para participação nos resultados	52.351	37.732
Total	828.573	809.254

Nota 11 – Imparidade de outros activos (líquida de reversões) e variação de outras provisões

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

[Milhares de Euros]	2007	2006
Tomadores de seguro	(1.157)	(1.982)
Activos Financeiros disponíveis para venda	1.048	118
Propriedades de investimento	554	1.713
Outros devedores	1.008	1.470
Total	1.453	1.319
Outras provisões (variação)	320	1.478
Total	1.773	2.797

Nota 12 – Custos de aquisição líquidos de resseguro

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

[Milhares de Euros]	2007	2006
Comissões	51.628	46.919
Variação dos custos de aquisição diferidos	354	1.309
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(30.317)	(34.982)
Total	21.665	13.246

A rubrica Comissões inclui o montante de Euros 48.342.000 (2006: Euros 43.771.000) relativo às comissões pagas ao Banco Comercial Português, S.A., pela distribuição dos produtos do Grupo.

Nota 13 – Gastos gerais e administrativos

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

[Milhares de Euros]	2007	2006
Despesas com pessoal		
Remunerações	20.291	21.062
Encargos sobre remunerações	3.065	2.983
Custos com planos de benefícios a empregados	695	789
	24.051	24.834
Fornecimentos e serviços externos	56.303	57.304
Total	80.354	82.138

Os gastos gerais e administrativos foram imputados pelas funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, da seguinte forma:

[Milhares de Euros]	2007	2006
Custos com sinistros	6.254	6.952
Custos de exploração		
Custos de aquisição	13.615	15.831
Custos administrativos	35.227	34.320
Custos com investimentos		
Alocados à Conta Técnica	18.622	19.141
Alocados à Conta Não Técnica	105	61
Outros custos não alocados	6.531	5.833
Total	80.354	82.138

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o número de colaboradores do Grupo ascendia a 452 e 467 (402 e 426 em média durante o ano), dos quais 440 e 452 a tempo inteiro respectivamente.

□ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Nota 14 – Depreciações e amortizações

As amortizações e depreciações dos activos intangíveis e tangíveis, respectivamente, são analisadas como segue:

[Milhares de Euros]	2007	2006
Depreciações dos activos tangíveis		
Propriedades de investimento	333	378
Equipamento de transporte e outro equipamento	91	121
Equipamento informático	75	19
	499	518
Amortizações dos activos intangíveis		
Software	672	769
Valor do negócio adquirido (VOBA)	50.861	56.446
Outros activos intangíveis	2	2
	51.535	57.217
Total	52.034	57.735

As amortizações e depreciações foram imputadas pelas funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, da seguinte forma:

[Milhares de Euros]	2007	2006
Custos com sinistros	137	171
Custos de exploração		
Custos de aquisição	157	180
Custos administrativos	533	537
Custos com investimentos		
Alocados à Conta Técnica	341	401
Outros custos não alocados	50.866	56.446
Total	52.034	57.735

Nota 15 – Outros custos

A rubrica Outros custos inclui o montante de Euros 1.450.000 (2006: Euros 3.498.000) relativo ao contrato de prestação de serviços do Sistema de Orientação Pediátrica – Saúde 24 com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e Centro.

II.5 Notas ao balanço consolidado

Nota 16 – Caixa e disponibilidades

O saldo desta conta é analisado como segue:

[Milhares de Euros]	2007	2006
Depósitos à Ordem	144.609	294.028
Total	144.609	294.028

Nota 17 – Aplicações em instituições de crédito

O saldo desta rubrica é composto por um depósito a prazo no montante de Euros 141.400.000 junto do Banco Comercial Português, S.A., Euros 138.850.000 com a maturidade de 1 mês e Euros 2.550.000 com a maturidade até 3 meses (2006: Euros 86.400.000).

Nota 18 – Activos financeiros detidos para negociação e activos financeiros ao justo valor através de resultados

O saldo desta conta é analisado como segue:

[Milhares de Euros]	2007	2006
Derivados	1.608	373
Activos financeiros detidos para negociação	1.608	373
Obrigações	42.104	37.424
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	42.104	37.424

À data de 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os instrumentos financeiros derivados são analisados como segue:

[Milhares de Euros]	Assets	
	Justo valor	Valor nocional
Derivados de taxa câmbio		
Forwards	373	16.026
Total em 2006	373	16.026
Derivados de taxa câmbio		
Forwards	1.608	31.325
Total em 2007	1.608	31.325

□ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Nota 19 – Activos financeiros disponíveis para venda

O saldo desta conta é analisado como segue:

[Milhares de Euros]	2007				2006			
	Custo amortizado	Imparidade	Valias não realizadas	Valor de balanço	Custo amortizado	Imparidade	Valias não realizadas	Valor de balanço
Dívida pública	2.093.220	–	(63.482)	2.029.738	2.285.561	–	(23.796)	2.261.765
Obrigações de outros emissores	1.569.002	–	(32.683)	1.536.319	1.111.279	–	(4.703)	1.106.576
Acções	650.766	(1.048)	(136)	649.582	509.061	(118)	27.346	536.289
Depósitos junto de empresas cedentes	7	–	–	7	7	–	–	7
Juro a receber	71.582	–	–	71.582	69.290	–	–	69.290
Total	4.384.577	(1.048)	(96.301)	4.287.228	3.975.198	(118)	(1.153)	3.973.927

Em 2007, foi reconhecida uma perda por imparidade de Euros 1.048.000 (2006: Euros 118.000). A cotação das acções em causa apresentavam uma significativa e prolongada queda, não havendo no mercado, expectativa de recuperação. Divulgações adicionais sobre os activos financeiros são prestadas na nota 39 “Gestão de riscos”.

Nota 20 – Propriedades de investimento

O saldo desta conta é analisado como segue:

[Milhares de Euros]	2007	2006
Valor de Aquisição	11.117	11.117
Amortização	(1.089)	(756)
Imparidade	(2.268)	(1.714)
Saldo no final do ano	7.760	8.647
Justo valor	7.760	8.647

A vida útil estimada das propriedades de investimento, é analisada como segue:

Vida útil estimada	
Edifícios	25 anos
Componentes	10 anos

Em 31 de Dezembro de 2007 foi efectuada uma avaliação do imóvel, levada a cabo por uma entidade especializada e independente. Uma perda por imparidade de Euros 554.000 (2006: Euros 1.714.000) foi reconhecida, uma vez que o justo valor do imóvel (valor recuperável) indicado era inferior ao seu valor líquido de balanço.

Nota 21 – Investimentos relativos a contratos vida em que o risco do investimento é suportado pelo tomador de seguro

O saldo desta conta é analisado como segue:

[Milhares de Euros]	2007			2006		
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Valor de balanço	Custo amortizado	Valias não realizadas	Valor de balanço
Dívida pública	1.256	284	1.540	14.088	(642)	13.446
Obrigações de outros emissores	5.693.479	(163.609)	5.529.870	5.316.227	(90.977)	5.225.250
Acções	61.530	1.618	63.148	19.193	2.814	22.007
Derivados	(100.611)	–	(100.611)	7.609	(82.664)	(75.055)
Depósitos em instituições de crédito	22.183	–	22.183	26.692	–	26.692
Operações a liquidar	21.462	–	(21.462)	(12.223)	–	(12.223)
Comissões de gestão	(23.052)	–	(23.052)	(29.553)	–	(29.553)
Total	5.676.247	(161.707)	5.514.540	5.342.033	(171.469)	5.170.564

Nota 22 – Devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outros

O saldo desta conta é analisado como segue:

[Milhares de Euros]	2007	2006
Tomadores de Seguros	26.936	41.079
Mediadores de Seguros	736	4.893
Resseguradores	12.618	12.017
Estado e Outros Entes Públicos	26.026	26.558
	66.316	84.547
Imparidade	(6.170)	(7.088)
Total	60.146	77.459
Outros devedores	13.478	22.554
Imparidade	(180)	(1.295)
Total Outros devedores	13.298	21.259
Total	73.444	98.718

Na rubrica Devedores por operações de seguro directo – tomadores de seguro encontra-se registado o montante de Euros 25.131.000 (2006: Euros 38.927.00) referente ao valor de recibos de prémio por cobrar, do qual Euros 5.520.000 (2006: Euros 8.594.000) dizem respeito a contratos de seguro com prémios em atraso, estando o risco de não cobrança destes valores coberto pelo reconhecimento de uma perda por imparidade.

À data de 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o Estado e outros entes públicos inclui o montante de Euros 24.728.000 relativo ao reembolso do IVA resultante de um contrato de dação de imóveis entre a Millennium BCP – Prestação de Serviços, A.C.E. e a Pensõesger – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.G.F.P., S.A., na qualidade de entidade administradora, gestora e representante do fundo de Pensões do Grupo BCP.

□ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Na rubrica Outros devedores encontra-se ainda registado o montante de Euros 6.275.000 (2006: Euros 5.764.000) relativo a reembolsos de sinistros emitidos no âmbito do acordo estabelecido entre o Grupo Banco Comercial Português e os Sindicatos Bancários do Norte, Centro e Sul. Inclui ainda o montante de Euros 1.803.000 relativo ao contrato de prestação de serviços do Sistema de Orientação Pediátrica com a Administração Regional de Saúde. Em 22 de Março de 2007 a Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde vendeu à Direcção Regional de Saúde a marca “Saúde 24”.

Em Outros devedores está ainda incluído Euros 5.582.000 (2006: Euros 11.887.000) relativos a investimentos vendidos nos últimos dias do ano e cujo recebimento só deverá ocorrer no início de 2008.

Os movimentos ocorridos no exercício por perdas de imparidade em Devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outros, são apresentados como segue:

[Milhares de Euros]	2007		2006	
	Tomadores, mediadores e resseguradores	Outros	Tomadores, mediadores e resseguradores	Outros
Saldo no início do ano	7.088	1.295	9.717	232
Reversões	(1.157)	–	(2.706)	–
Dotação do exercício	–	1.008	724	1.470
Transferências e outros movimentos	239	(2.123)	(647)	(407)
Saldo no final do ano	6.170	180	7.088	1.295

Nota 23 – Goodwill e outros activos intangíveis

O saldo desta conta é analisado como segue:

[Milhares de Euros]	2007			
	Goodwill	VOBA	Outros intangíveis	Total
Valor bruto				
Saldo em 31 de Dezembro 2006	315.740	527.990	3.399	847.131
Saldo em 31 de Dezembro 2007	315.740	527.990	3.399	847.131
Amortização acumulada				
Saldo em 31 de Dezembro 2006	–	(120.227)	(2.410)	(122.637)
Amortização do exercício	–	(50.861)	(674)	(51.535)
Saldo em 31 de Dezembro 2007	–	(171.088)	(3.084)	(174.172)
Saldo líquido em 31 de Dezembro 2006	315.740	407.763	989	724.492
Saldo líquido em 31 de Dezembro 2007	315.740	356.902	315	672.957

O goodwill está relacionado com a aquisição da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., Pensõesger – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., e Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A., e foi distribuído como segue na data de aquisição:

Segmento Vida e Pensões [Milhares de Euros]		Segmento Não Vida [Milhares de Euros]	
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	233.127	Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	64.074
Pensõesger – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	14.360	Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.	4.179
	247.487		68.253
			315.740

Como referido nas políticas contabilísticas, em 31 de Dezembro de 2007, o Grupo efectuou uma revisão ao valor recuperável do goodwill e do VOBA – value of bussiness acquired, tendo concluído pela inexistência de perdas por imparidade que devessem ser reconhecidas. O teste de imparidade foi efectuado com base no orçamento a 5 anos de cada uma das unidades de negócio aprovado pelo Conselho de Administração do Grupo. O valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados foi calculado utilizando uma taxa de desconto de 9%.

O saldo remanescente do valor do negócio adquirido (VOBA) será amortizado como segue:

[Milhares de Euros]	2008	2009	2010	2011	2012	Anos seguintes
VOBA – Amortização estimada	46.804	41.635	29.700	28.246	24.374	186.143

Nota 24 – Activos tangíveis

O saldo desta conta é analisado como segue:

[Milhares de Euros]	2007	2006
Equipamento		
Equipamento informático	922	897
Equipamento administrativo	1.107	1.088
Outro equipamento	2.232	1.958
	4.261	3.943
Amortizações acumuladas	(2.340)	(2.174)
Saldo líquido	1.921	1.769

□ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

[Milhares de Euros]	Equipamento informático	Equipamento administrativo	Outro equipamento	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	897	1.088	1.958	3.943
Aquisições	25	19	277	321
Transferências	–	–	(3)	(3)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	922	1.107	2.232	4.261
Amortizações				
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	615	1.003	556	2.174
Amortizações do exercício	75	72	19	166
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	690	1.075	575	2.340
Saldo líquido em 31 de Dezembro 2006	282	85	1.402	1.769
Saldo líquido em 31 de Dezembro 2007	232	32	1.657	1.921

Nota 25 – Impostos correntes e Impostos diferidos

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2007 e 2006 foi apurado pelo Grupo com base numa taxa nominal de imposto e derrama de 26,5% para 2007 e 27,5% para 2006, as quais correspondem à taxa nominal aprovada à data de balanço.

As declarações de autoliquidação das subsidiárias do Grupo ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos, o qual é alargado para 6 anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração das subsidiárias do Grupo que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 podem ser analisados como segue:

[Milhares de Euros]	Activos		Passivos		Líquido	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Propriedades de investimento	–	–	(577)	(654)	(577)	(654)
Activos intangíveis	–	–	(94.579)	(108.057)	(94.579)	(108.057)
Activos financeiros	17.352	–	–	(7.679)	17.352	(7.679)
Passivos por contratos de seguro e de investimento	9.952	10.308	(210)	–	9.742	10.308
Provisões	906	1.489	–	–	906	1.489
Outros	507	46	(149)	–	358	46
Impostos diferidos activos/(passivos)	28.717	11.843	(95.515)	(116.390)	(66.798)	(104.547)
Líquido de activos/passivos	(26.856)	–	26.856	–	–	–
Impostos diferidos activos/(passivos)	1.861	11.843	(68.659)	(116.390)	(66.798)	(104.547)

O movimento do imposto diferido de balanço em 2007 e 2006, foi reconhecido como segue:

[Milhares de Euros]	2007		2006	
	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva de justo valor	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva de justo valor
Propriedades de investimento	235	(158)	(104)	(654)
Activos intangíveis	13.478	–	19.600	–
Activos financeiros	1.139	23.892	(4.238)	8.227
Passivos por contratos de seguro e de investimento	(1.988)	1.422	3.951	–
Provisões	(583)	–	(187)	–
Outros	312	–	205	–
Impostos diferidos activos/ (passivos)	12.593	25.156	19.227	7.573

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2007 e 2006 é analisado como segue:

[Milhares de Euros]	2007	2006
Imposto corrente	(44.893)	(41.463)
Imposto diferido	12.593	19.227
Total do imposto reconhecido em resultados	(32.300)	(22.236)

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

[Milhares de Euros]	2007	2006
Resultado antes de impostos	119.597	92.670
Taxa de imposto	26.5%	27.5%
Imposto calculado com base na taxa de imposto	31.693	25.484
Dividendos excluídos de tributação	(189)	(260)
Benefícios fiscais	–	(1.166)
Tributação autónoma	65	64
Impacto alteração Taxa imposto nas diferenças temporárias	–	(4.019)
Outras diferenças permanentes	731	2.133
	32.300	22.236

Em 2006, o impacto da alteração da Taxa de imposto nas diferenças temporárias indicado, corresponde a uma alteração da taxa de imposto de 27,5% para 26,5%, como resultado da aprovação do Orçamento de estado, com impacto também ao nível da taxa e metodologia de cálculo da Derrama.

O imposto diferido reconhecido directamente nos capitais próprios consolidados foi registado por contrapartida da reserva de justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda.

□ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Nota 26 – Outros activos

A rubrica Outros activos inclui a periodificação das comissões a receber dos contratos Unit Linked no montante de Euros 17.872.000 (2006: Euros 22.715.000).

Nota 27 – Provisões técnicas relativas aos contratos de seguro, de resseguro cedido e custos de aquisição diferidos

O saldo desta conta é analisado como segue:

[Milhares de Euros]	2007			2006		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Valor bruto						
Provisão para prémios não adquiridos	–	51.353	51.353	–	53.946	53.946
Provisão para sinistros	16.908	76.563	93.471	17.182	75.275	92.457
Provisão matemática do ramo Vida	171.631	–	171.631	165.781	–	165.781
Provisão para participação nos resultados	3.218	106	3.324	3.253	525	3.778
Provisão para riscos em curso	–	2.217	2.217	–	1.580	1.580
Total bruto	191.757	130.239	321.996	186.216	131.326	317.542
Resseguro cedido						
Provisão para prémios não adquiridos	–	21.785	21.785	–	25.325	25.325
Provisão para sinistros	306	42.716	43.022	306	43.381	43.687
Provisão matemática do ramo Vida	437	–	437	318	–	318
Total resseguro	743	64.501	65.244	624	68.706	69.330
Saldo líquido	191.014	65.738	256.752	185.592	62.620	248.212

A provisão matemática do ramo Vida líquida de resseguro, é analisada como segue:

[Milhares de Euros]	2007			2006		
	Seguro Directo	Resseguro cedido	Total	Seguro Directo	Resseguro cedido	Total
Rendas	130.306	–	130.306	128.313	–	128.313
Risco	41.325	(437)	40.888	37.468	(318)	37.150
Provisão matemática do ramo Vida	171.631	(437)	171.194	165.781	(318)	165.463

De acordo com os requisitos do IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pelo Grupo relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, foram classificados como contratos de investimento.

Como resultado da alteração da política de provisionamento do ramo de Acidentes de trabalho, com o objectivo de alinhar com a política de provisionamento das rendas do ramo vida, a provisão para sinistros foi reforçada no montante de Euros 576.000 (em 2006: Euros 1.091.000 tinha sido registado na sequência do resultado do teste da adequação das responsabilidades).

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, não foi registada qualquer responsabilidade adicional resultante do teste da adequação das responsabilidades. O teste foi efectuado com base em pressupostos que representam a melhor estimativa (ver nota 39).

Os movimentos nos custos de aquisição diferidos podem ser analisados como segue:

[Milhares de Euros]	2007	2006
Custos de aquisição diferidos em 1 de Janeiro	5.539	6.848
Custos de aquisição do ano	5.185	5.539
Amortização dos custos de aquisição	(5.539)	(6.848)
Custos de aquisição diferidos em 31 de Dezembro	5.185	5.539

Relativamente à Provisão para sinistros dos ramos não vida, a sua análise por ramo é a seguinte:

[Milhares de Euros]	2007			2006		
	Seguro Directo	Resseguro cedido	Total	Seguro Directo	Resseguro cedido	Total
Acidentes e doença	40.599	17.494	23.105	38.715	17.278	21.437
Incêndio e outros danos	6.390	1.020	5.370	6.391	1.268	5.123
Automóvel	25.164	23.329	1.835	25.717	23.773	1.944
Diversos	4.410	873	3.537	4.452	1.062	3.390
Total	76.563	42.716	33.847	75.275	43.381	31.894

A provisão para sinistros vida e não vida, incluindo resseguro aceite, corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de Euros 23.592.000 (2006: Euros 21.464.000) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2007 e ainda não reportados (IBNR).

Adicionalmente, a provisão para sinistros inclui uma estimativa no montante de Euros 3.121.000 (2006: Euros 3.207.000), de encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados.

Relativamente à provisão para sinistros de Acidentes de trabalho está incluído o montante de Euros 10.981.000 (2006: Euros 11.015.000) referente à provisão matemática de Acidentes de trabalho.

Os movimentos ocorridos no exercício na provisão para sinistros, são apresentados como segue:

[Milhares de Euros]	2007	2006
Saldo em 1 de Janeiro	92.456	82.251
Sinistros ocorridos		
Do ano	138.848	140.387
De anos anteriores	3.109	(6.610)
Sinistros pagos		
Do ano	(104.974)	(96.774)
De anos anteriores	(35.968)	(26.797)
Saldo em 31 de Dezembro	93.471	92.457

□ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

[Milhares de Euros]	2007	2006
Saldo em 1 de Janeiro	3.778	2.829
Montantes pagos	(8.346)	(8.561)
Estimativa de montantes a atribuir	7.892	9.510
Total	3.324	3.778

Nota 28 – Passivos por contratos de investimento

De acordo com os requisitos do IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pelo Grupo relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, foram classificados como contratos de investimento.

A rubrica passivos por contratos de investimento com participação nos resultados discricionária é analisada como segue:

[Milhares de Euros]	2007	2006
Provisão para sinistros	12.450	24.521
Provisão matemática	3.760.584	3.465.411
Provisão para participação nos resultados	72.994	37.959
Total	3.846.028	3.527.891

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, não foi registada qualquer responsabilidade adicional resultante do teste da adequação das responsabilidades. O teste foi efectuado com base em pressupostos que representam a melhor estimativa (ver nota 39).

A provisão para participação nos resultados inclui o ajustamento relativo ao *shadow accounting*, o qual corresponde a uma estimativa dos ganhos e perdas potenciais nos activos afectos à cobertura de responsabilidades com contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária, até ao montante em que é expectável que os tomadores de seguro venham a participar nesses ganhos e perdas não realizadas no momento em que as mesmas se tornem efectivas, de acordo com os respectivos termos contratuais e legislação aplicável. Em 2006, o montante total do ajustamento relativo ao *shadow accounting* foi de Euros 227.000.

Os movimentos ocorridos no exercício na provisão para participação nos resultados relativa aos contratos de investimento com participação nos resultados discricionária, excluindo o efeito do ajustamento relativo ao *shadow accounting*, são apresentados como segue:

[Milhares de Euros]	2007	2006
Saldo em 1 de Janeiro	37.732	8.663
Montantes atribuídos incluídos na provisão matemática	(17.090)	(8.663)
Estimativa de montantes a atribuir	52.352	37.732
Saldo em 31 de Dezembro	72.994	37.732

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os passivos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (ao justo valor através de resultados), são analisados como segue:

[Milhares de Euros]	2007	2006
Saldo em 1 de Janeiro	5.177.117	4.905.075
Depósitos recebidos	865.935	576.520
Benefícios pagos	(608.011)	(290.169)
Juro técnico do exercício	80.637	(14.309)
Saldo em 31 de Dezembro	5.515.678	5.177.117

Os passivos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro incluem o justo valor das garantias ou opções incluídas nos contratos de investimento. O movimento ascendente verificado na curva de taxa de juro durante o ano 2006 levou a que as variações de justo valor dos investimentos afectos aos fundos de unit linked diminuíssem significativamente, fazendo com que o nível de proveitos de investimentos desses fundos fosse negativo após a dedução do valor referente à comissão de gestão.

Nota 29 – Depósitos recebidos de resseguradores

Os depósitos recebidos de resseguradores, no montante de Euros 64.639.000 (2006: Euros 62.766.000) representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido.

Nota 30 – Provisões

O saldo desta conta é analisado como segue:

[Milhares de Euros]	2007	2006
Provisão para impostos	318	400
Outras provisões	1.554	1.360
Total	1.872	1.760

Os movimentos ocorridos no exercício nesta rubrica, são apresentados como segue:

[Milhares de Euros]	2007	2006
Saldo em 1 de Janeiro	1.760	471
Dotação do exercício	320	1.478
Reversão	(208)	(189)
Saldo em 31 de Dezembro	1.872	1.760

□ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Nota 31 – Credores por operações de seguro directo, de resseguro e outros

O saldo desta conta é analisada como segue:

[Milhares de Euros]	2007	2006
Tomadores de seguros e intermediários	2.598	21.929
Resseguradores	7.283	6.581
Credores por operações seguro e resseguro	9.881	28.510
Benefícios a empregados de longo prazo	1.144	2.105
Benefícios a empregados de curto prazo	2.768	2.424
Benefícios a empregados – “stock options”	–	877
Passivos decorrentes de benefícios a empregados	3.912	5.406
IVA e outros impostos a pagar	6.290	5.085
Outros saldos a pagar	37.377	150.835
Outros credores	43.667	155.920
Total	57.460	189.836

Os passivos decorrentes de benefícios a empregados estão relacionados com as responsabilidades assumidas pelo Grupo de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Contrato Colectivo dos Trabalhadores de Seguros (“CCT”). Adicionalmente o Grupo assumiu a responsabilidade de assistência médica vitalícia. Divulgações adicionais sobre os benefícios aos empregados são prestadas na nota 36.

A rubrica Benefícios aos empregados de curto prazo no montante de Euros 2.768.000 (2006: Euros 2.424.000) está relacionada com o montante do bónus referente ao ano 2007 a atribuir aos colaboradores mas cujo pagamento só será efectuado em 2008.

O valor em dívida ao sector público estatal, inclui fundamentalmente os impostos correntes a pagar ao Estado e Instituto de Seguros de Portugal, inerentes à actividade Seguradora, nomeadamente impostos sobre Apólices, FAT, Serviço Nacional de Bombeiros e Instituto Nacional de Emergência Médica.

À data de 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o saldo da rubrica Outros credores inclui o montante de Euros 24.728.000 relativo ao reembolso do IVA resultante de um contrato de dação de imóveis entre a Millennium BCP – Prestação de Serviços, A.C.E. e a PensõesGere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.G.F.P., S.A., na qualidade de entidade administradora, gestora e representante do fundo de Pensões do Grupo BCP.

Em 2007, o saldo da rubrica Outros credores inclui o montante de Euros 11.458.000 (2006: Euros 124.997.000) relativo a investimentos adquiridos nos últimos dias do ano e que serão pagos no início de 2008 (operações a liquidar).

Nota 32 – Outros passivos

A rubrica Outros passivos inclui o montante de Euros 14.051.000 (2006: Euros 12.922.000) relativo às comissões a pagar ao Banco Comercial Português, S.A., pela distribuição dos produtos do Grupo.

Adicionalmente, a rubrica de Outros passivos inclui uma estimativa do valor actual das contribuições futuras do Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT), conforme referido nas políticas contabilísticas, no montante de Euros 777.000 (2006: Euros 773.000).

II.6 Notas à demonstração das alterações no capital próprio consolidado

Nota 33 – Capital, reserva legal e reserva de justo valor

Capital

Em 31 de Dezembro de 2007, o capital social da Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., encontra-se representado 200.000.475 acções com o valor nominal de Euros 5 cada.

Os accionistas do Grupo são apresentados como segue:

	% Capital social
Fortis Insurance, B.V.	51
Banco Comercial Português, S.A.*	49
	100

* Através da Seguros e Pensões Gere, S.G.P.S., S.A., entidade detida a 100% pelo Banco Comercial Português, S.A.

Reserva legal

De acordo com a Legislação Portuguesa, a Millenniumbcp Fortis tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 5% sobre o resultado líquido anual, até que este atinja um valor mínimo de 20% do valor do Capital social.

Reserva de justo valor

A reserva de justo valor corresponde ao valor acumulado das variações de justo valor dos investimentos disponíveis para venda, de acordo com as políticas contabilísticas descritas na nota II.1.

A movimentação ocorrida na reserva de justo valor, antes de impostos, durante o ano de 2007 e 2006 foi como segue:

[Milhares de Euros]	2007	2006
Saldo em 1 Janeiro	(1.153)	45.997
Reavaliações	(79.147)	(33.294)
Imparidade	1.048	118
Vendas	(17.049)	(13.974)
Saldo em 31 Dezembro	(96.301)	(1.153)

A Reserva de justo valor é analisada como se segue:

[Milhares de Euros]	2007	2006
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda	4.384.577	3.975.198
Imparidade	(1.048)	(118)
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda líquido de Imparidade	4.383.529	3.975.080
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	4.287.228	3.973.927
Valias não realizadas reconhecidas na reserva de justo valor no ano	(96.301)	(1.153)
Imposto diferido na reserva de justo valor	25.620	404
Valias não realizadas reconhecidas na reserva de justo valor no ano líquidas	(70.681)	(749)

□ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O Capital próprio em 31 de Dezembro de 2007 é analisado como se segue:

[Milhares de Euros]

	Capital	Reservas de justo valor			Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
		Valor bruto	Impostos diferidos	Valor líquido				
Capital	1.000.002	—	—	—	—	—	—	1.000.002
Reservas de justo valor	—	(96.301)	25.620	(70.681)	—	—	—	(70.681)
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	87.297	87.297
Resultados transitados	—	—	—	—	—	77.416	—	77.416
Reserva legal	—	—	—	—	4.439	—	—	4.439
Dividendos pagos em 2007	—	—	—	—	—	(35.000)	—	(35.000)
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	1.000.002	(96.301)	25.620	(70.681)	4.439	42.416	87.297	1.063.473

O Capital próprio em 31 de Dezembro de 2006 é analisado como se segue:

[Milhares de Euros]

	Capital	Reservas de justo valor			Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
		Valor bruto	Impostos diferidos	Valor líquido				
Capital	1.000.002	—	—	—	—	—	—	1.000.002
Reservas de justo valor	—	(1.153)	404	(749)	—	—	—	(749)
Efeito do <i>Shadow accounting</i>	—	(227)	60	(167)	—	—	—	(167)
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	70.434	70.434
Resultados transitados	—	—	—	—	—	37.380	—	37.380
Reserva legal	—	—	—	—	2.041	—	—	2.041
Dividendos pagos em 2006	—	—	—	—	—	(28.000)	—	(28.000)
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	1.000.002	(1.380)	464	(916)	2.041	9.380	70.434	1.080.941

II.7 Informação adicional ao reporte por segmentos

Nota 34 – Conta técnica Não Vida por ramo

[Milhares de Euros]	2007					2006				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros ramos	Total	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros ramos	Total
Prémios brutos adquiridos	116.562	33.221	22.221	6.283	178.287	107.018	31.419	25.237	6.772	170.446
Prémios brutos adquiridos de resseguro	(24.082)	(15.457)	(22.220)	(3.638)	(65.397)	(24.578)	(15.079)	(25.468)	(4.337)	(69.462)
Custos com sinistros	(67.115)	(8.950)	(11.715)	(2.470)	(90.250)	(60.747)	(9.426)	(14.776)	(2.836)	(87.785)
Parte dos ressegurados nos custos com sinistros	4.734	2.438	11.465	752	19.389	4.700	3.154	13.355	1.153	22.362
Variação das outras provisões técnicas	(755)	(417)	389	51	(732)	8.065	297	1.742	(264)	9.840
Custos de aquisição e administrativos líquidos	(19.741)	(3.388)	2.451	(704)	(21.382)	(18.380)	(2.984)	2.288	(124)	(19.200)
Proveito dos investimentos	4.021	(500)	(1.332)	(284)	1.905	1.145	(26)	64	(53)	1.130
Mais / (menos) valias realizadas	(107)	(17)	(46)	(9)	(179)	1.149	153	495	83	1.880
Outros proveitos / (custos) técnicos	235	146	32	(20)	393	221	(727)	(57)	40	(523)
Margem técnica	13.752	7.076	1.245	(39)	22.034	18.593	6.781	2.880	434	28.688
Proveito dos investimentos					1.762					1.141
Mais / (menos) valias realizadas					592					119
Despesas gerais					(10)					(38)
Outros proveitos / (custos) não técnicos					1.400					2.565
Resultado não técnico					3.744					3.787
Resultado antes de impostos					25.778					32.475
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros ramos	Total	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros ramos	Total
Provisões técnicas de seguro directo	77.502	32.418	12.457	7.862	130.239	75.936	34.646	12.688	8.056	131.326
Provisões técnicas de resseguro cedido	29.397	30.407	1.984	2.713	64.501	30.761	32.137	2.935	2.873	68.706

II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Nota 35 – Conta técnica do ramo Vida por produto

[Milhares de Euros]	2007				2006			
	Contratos seguro	Contratos investimento com PR*	Contratos investimento UL**	Total	Contratos seguro	Contratos investimento com PR*	Contratos investimento UL**	Total
Prémios brutos	174.035	700.425	–	874.460	168.373	713.478	–	881.851
Comissões	–	–	57.585	57.585	–	–	46.496	46.496
Proveitos de investimentos	7.624	119.304	77.051	203.979	4.638	78.330	19.603	102.571
Mais/(menos) valias realizadas	1.998	32.774	–	34.772	562	36.767	–	37.329
Outros proveitos/(custos) técnicos	785	108	(6.853)	(5.960)	1.475	152	10	1.637
Sinistros pagos	(57.506)	(510.143)	–	(567.649)	(50.105)	(396.593)	–	(446.698)
Variação das provisões técnicas relativas aos contratos de seguro	(13.720)	–	–	(13.720)	(25.056)	–	–	(25.056)
Variação dos passivos decorrentes dos contratos de investimento	–	(318.431)	(80.637)	(399.068)	–	(412.661)	(31.190)	(443.851)
Saldo de resseguro cedido	(2.465)	–	–	(2.465)	(3.464)	–	–	(3.464)
Comissões e outros custos de aquisição diferidos	(13.373)	(10.333)	(14.045)	(37.751)	(11.704)	(8.529)	(12.859)	(33.092)
Despesas gerais	(9.204)	(7.313)	(2.136)	(18.653)	(9.840)	(7.174)	(1.928)	(18.942)
Amortização do valor do negócio adquirido (VOBA)	(30.365)	(9.380)	(11.116)	(50.861)	(33.617)	(11.265)	(11.564)	(56.446)
Margem técnica	57.809	(2.989)	19.849	74.669	41.262	(7.495)	8.568	42.335
Proveito dos investimentos				15.298				10.526
Mais/(menos) valias realizadas				(4.220)				59
Despesas gerais				(6.424)				(6.208)
Outros proveitos/(custos) não técnicos				14.495				13.483
Resultado não técnico				19.149				17.860
Resultado antes dos impostos				93.818				60.195

* Contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

** Contratos de investimento sem participação nos resultados (incluindo unit linked).

II.8 Outras notas

Nota 36 – Benefícios a empregados (incluindo stock options)

Pensões de reforma e outros benefícios

O Grupo assumiu a responsabilidade de pagar aos empregados, independentemente da sua data de admissão no Sector Segurador, pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Contrato Colectivo dos Trabalhadores de Seguros ("CCT").

Adicionalmente o Grupo assumiu a responsabilidade com um Regime Complementar de Reforma e de assistência médica vitalícia.

A avaliação actuarial das responsabilidades com complementos de reforma e outros benefícios do Grupo é efectuada anualmente, sendo a última com a data de referência de 31 de Dezembro de 2007.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2007	2006
Número de participantes		
Activos	403	412
Reformados e pensionistas	22	9
	425	421

A análise comparativa dos pressupostos actuariais é apresentada como segue:

	2007	2006
Taxa de desconto	5,35%	4,65%
Taxa de crescimento salarial	3,25%	2,75%
Taxa de rendimento esperada do fundo	6,30%	6,03%
Taxa de crescimento das pensões	2,25%	1,80%
Tábua de mortalidade:		
Homens	TV73/77 rated down 1 year	TV73/77 rated down 1 year
Mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Método actuarial	Project Unit Credit	Project Unit Credit

Os activos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2007 e 2006, são como segue:

[Milhares de Euros]	2007			2006		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
Responsabilidades por benefícios	(17.158)	(2.249)	(19.407)	(13.419)	(2.146)	(15.565)
Justo valor dos activos do fundo	17.950	—	17.950	14.645	—	14.645
Valor líquido	792	(2.249)	(1.457)	1.226	(2.146)	(920)
Ganhos (e perdas) actuariais não reconhecidos	623	(310)	313	(1.006)	(179)	(1.185)
Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço	1.415	(2.559)	(1.144)	220	(2.325)	(2.105)

No seguimento de deliberação da Comissão Executiva, datada de 23 de Novembro de 2006, os colaboradores admitidos até 22 de Setembro de 2006 mantêm, no que respeita ao Regime Complementar de Reforma, os benefícios a que tinham direito ao abrigo do sistema ("Benefício Definido"), os quais serão assegurados pela Adesão colectiva N.º 72 ao Fundo de Pensões Abertos Horizonte Valorização.

□ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Anualmente, o Grupo procederá à cobertura dos benefícios garantidos e do eventual financiamento suplementar, com base na avaliação actuarial efectuada em cada ano.

Adicionalmente, o Grupo transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. O número de colaboradores coberto por essas apólices ascende a 8 (2006: 10), e o valor total da responsabilidade ascende a Euros 2.177.000 (2006: Euros 6.236.000), o qual está incluído na valor das provisões matemáticas do ramo Vida.

O acréscimo das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é analisado como segue:

[Milhares de Euros]	2007			2006		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
Responsabilidades em 1 de Janeiro	13.419	2.146	15.565	13.459	2.049	15.508
Custo do serviço corrente	666	166	832	643	132	775
Custo dos juros	617	99	716	552	85	637
Pagamentos efectuados pelo fundo ou pelo Grupo	(447)	(31)	(478)	(297)	(28)	(325)
(Ganhos)/perdas actuariais	2.908	(131)	2.777	(1.462)	(92)	(1.554)
Transferências entre fundos	(5)	–	(5)	524	–	524
Responsabilidades em 31 de Dezembro	17.158	2.249	19.407	13.419	2.146	15.565

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, são como segue:

[Milhares de Euros]	2007			2006		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
Custo do serviço corrente	666	166	832	643	132	775
Custo dos juros	617	99	716	552	85	637
Rendimento esperado do fundo	(853)	–	(853)	(623)	–	(623)
Custo do exercício	430	265	695	572	217	789

A variação do fundo em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é analisada como segue:

[Milhares de Euros]	2007	2006
Saldo em 1 de Janeiro	14.645	13.342
Contribuições do Grupo	1.625	30
Pagamentos efectuados pelo fundo	(447)	(297)
Retorno esperado do fundo	853	623
Ganhos e Perdas Actuariais do fundo	1.279	451
Transferências entre fundos	(5)	496
Saldo em 31 de Dezembro	17.950	14.645

Os ganhos e perdas actuariais em 2007 e 2006, são analisadas como segue:

[Milhares de Euros]	2007			2006		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
(Ganhos)/perdas actuariais no início do exercício	(1.006)	(179)	(1.185)	907	(87)	820
(Ganhos)/perdas actuariais nas responsabilidades	2.908	(131)	2.777	(1.462)	(92)	(1.554)
(Ganhos)/perdas actuariais do fundo	(1.279)	—	(1.279)	(451)	—	(451)
(Ganhos)/perdas actuariais no final do exercício	623	(310)	313	(1.006)	(179)	(1.185)

Em 31 de Dezembro de 2007, os ganhos actuariais resultantes de alterações dos pressupostos actuariais foi Euros 292.000. As perdas actuariais devem-se essencialmente à introdução das alterações do Novo regime de benefícios da segurança social (Decreto Lei nº187/2007, de 10 de Maio). Em 2006, o impacto da alteração taxa de desconto e a tábua de mortalidade de Euros 1.941.000.

As contribuições para o Fundo de Pensões efectuadas pelas Companhias do Grupo ascenderam a Euros 1.625.000 (2006: Euros 30.000), as quais foram na sua totalidade efectuadas em dinheiro.

Os Activos/(responsabilidades) líquidas são analisadas como segue:

[Milhares de Euros]	2007			2006		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço em 1 de Janeiro	220	(2.325)	(2.105)	762	(2.136)	(1.374)
Custo normal do ano	(430)	(265)	(695)	(572)	(217)	(789)
Contribuições dos empregados e outras contribuições	1.625	31	1.656	30	28	58
Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de Dezembro	1.415	(2.559)	(1.144)	220	(2.325)	(2.105)

A evolução dos benefícios dos empregados e do justo valor dos activos do fundo são analisadas como segue:

[Milhares de Euros]	2007	2006	2005	2004 Pro-forma
Responsabilidades por benefícios	(19.407)	(15.565)	(15.508)	(14.159)
Justo valor dos activos do fundo	17.950	14.645	13.342	9.869
Valor líquido	(1.457)	(920)	(2.166)	(4.290)
Ganhos e (perdas) actuariais não reconhecidos	313	(1.185)	792	1.542
Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço	(1.144)	(2.105)	(1.374)	(2.748)

□ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Os activos do fundo de pensões são decompostos da seguinte forma:

[Milhares de Euros]	2007	2006
Titulos de rendimento variável	2.209.907	2.715.273
Titulos de rendimento fixo	2.366.814	1.807.489
Terrenos e edificios	658.469	639.678
Outros	422.609	415.570
	5.657.799	5.578.010

Deve ser referido que os montantes acima divulgados são na totalidade relativos ao Fundo de Pensões BCP, do qual a Millenniumbcp Fortis representa apenas cerca de 0,32% (2006: 0,26%) do total do fundo.

Os títulos emitidos pelo Grupo Banco Comercial Português, S.A. contabilizados na carteira de investimentos do Fundo, são analisados como segue:

[Milhares de Euros]	2007	2006
Titulos de rendimento variável	230.659	269.482
Titulos de rendimento fixo	157.091	56.098
	387.750	325.580

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os imóveis registado nas demonstrações financeiras do fundo e utilizados pelo Grupo ascendem a Euros 31.668.000.

Os custos com os benefícios de saúde tem um impacto significativo no custo total com pensões. Considerando esta situação, procedemos a uma análise de sensibilidade considerando uma variação positiva de um ponto percentual no valor dos custos com os benefícios de saúde (6,25% para 7,25%). O impacto é analisado como segue:

[Milhares de Euros]	2007	2006
Impacto no custo com pensões	21	21
Impacto nas responsabilidades	358	341

Sistema de incentivos baseado em acções

Como referido nas políticas contabilísticas, o Grupo estabeleceu um plano de incentivos baseado em acções, o qual consiste na atribuição aos seus colaboradores de direitos de subscrição de acções do Banco Comercial Português, S.A. De acordo com o IFRS 2, a cada data de balanço, esta responsabilidade é mensurada ao justo valor com as alterações de valor registadas em resultados.

No primeiro trimestre de 2006 os colaboradores abrangidos pelo Plano exerceram os direitos atribuídos.

O plano em vigor com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas, é analisado como segue:

- **Beneficiários:** colaboradores do Grupo que satisfaçam cumulativamente com os seguintes requisitos:
 - Ter-lhes sido atribuída gratificação extraordinária de valor igual ou superior a Euros 6.500 no ano de 2003;

- Terem remuneração mensal superior a Euros 3.500;
- Não terem sido excluídos do plano anual de gratificação extraordinária nos 3 anos anteriores.

- **Benefício concedido:** atribuição de direitos de subscrição de acções.

- **Resumo do plano:**

Data de atribuição: 21 de Abril de 2003

Número de direitos de subscrição de acções: 811.888

Preço de exercício: Euros 1,26

Data de exercício: 1 de Março de 2006

Justo valor das opções em 31 de Dezembro de 2005: Euros 1,08

Responsabilidade total: Euros 877.000

Nota 37 – Transacções com partes relacionadas

O valor das transacções do Grupo com partes relacionadas e as remunerações do Conselho de Administração, são analisados como segue:

[Milhares de Euros]	2007	2006
Remunerações	1.257	2.159
Contribuições para o fundo de pensões	143	132
	1.400	2.291

As transacções com o Grupo Banco Comercial Português SA, são referentes, nomeadamente, a investimentos, a comissões a pagar ao Banco Comercial Português, S.A., pela distribuição dos produtos do Grupo e a comissões a pagar à Millenniumbcp Prestação de Serviços, A.C.E., por serviços partilhados.

As transacções com a F&C, estão relacionadas com comissões a pagar à F&C relativas à gestão da carteira de títulos do Grupo.

□ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A análise das transações com partes relacionadas, é analisada como segue:

Balço [Milhares de Euros]	Grupo BCP	Grupo Fortis	Fundo Pensões	F&C	Total
Aplicações em instituições de crédito	286.009	–	–	–	286.009
Activos financeiros disponíveis para venda	220.670	18.000	–	–	238.670
Investimentos relativos a seguros de vida em que o risco do investimento é suportado pelo tomador de seguro	2.663.681	(9.694)	–	–	2.653.987
Outros activos	–	113	–	–	113
Total do activo	3.170.360	8.419	–	–	3.178.779
Provisões técnicas relativas contratos de seguro e investimento	123.553	–	–	–	123.553
Outros passivos	14.377	–	1.144	212	15.733
Total do passivo	137.930	–	1.144	212	139.286
Líquido Activo / (Passivo) 2007	3.032.430	8.419	(1.144)	(212)	3.039.493
Líquido Activo / (Passivo) 2006	3.242.663	310.485	(2.105)	(568)	3.550.475

Demonstração de resultados [Milhares de Euros]	Grupo BCP	Grupo Fortis	Fundo Pensões	F&C	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	13.592	–	–	–	13.592
Dividendos e juros a receber	3.413	194	–	–	3.607
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(1.523)	–	–	–	(1.523)
Resultados de investimentos relativos a contratos vida em que o risco do investimento é suportado pelo tomador de seguro	21.461	(25.608)	–	–	(4.147)
Total de proveitos	36.943	(25.414)	–	–	11.529
Variação provisões técnicas por contratos seguro e investimento	(34.036)	–	–	–	(34.036)
Custos de aquisição líquidos de resseguro	(50.241)	–	–	–	(50.241)
Gastos gerais e administrativos	(27.408)	–	(696)	(15.625)	(43.729)
Total de custos	(111.685)	–	(696)	(15.625)	(128.006)
Líquido Proveitos / (Custos) 2007	(74.742)	(25.414)	(696)	(15.625)	(116.477)
Líquido Proveitos / (Custos) 2006	(24.627)	(29.734)	(789)	(18.405)	(73.555)

Nota 38 – Activos sob gestão

A Pensõesger é uma Sociedade Gestora de fundos de pensões. Os activos sob gestão são analisados por tipo de investimento da seguinte forma:

[Milhares de Euros]	2007	2006
Títulos de rendimento fixo	3.061.083	2.147.379
Títulos de rendimento variável	3.766.788	4.063.682
Propriedades de investimento	600.185	604.689
Total	7.428.056	6.815.749

As variações ocorridas durante o exercício nos fundos sob gestão, são analisadas, como segue:

[Milhares de Euros]	2007	2006
Saldo em 1 de Janeiro	6.815.749	5.865.687
Contribuições líquidas	422.076	283.278
Mais/(menos) valias realizadas	291.272	756.225
Transferências	(101.041)	(89.441)
Saldo em 31 de Dezembro	7.428.056	6.815.749

Nota 39 – Gestão de riscos

Uma gestão de risco saudável é um dos pilares de suporte a uma estratégia de crescimento rentável e sustentável, e consequentemente uma competência nuclear na Millenniumbcp Fortis. Como parte da sua governação, adoptou uma estrutura organizacional de gestão dos riscos baseada na estrutura em vigor no Grupo Fortis, cuja principal missão é proteger o grupo de eventos que possam impedir a concretização dos objectivos e desempenho financeiro definidos, assim como, de explorar novas oportunidades.

Taxonomia de riscos:

Em linha com as políticas e princípios de gestão dos riscos do Grupo Fortis, a Millenniumbcp Fortis centralizou as várias funções relacionadas com a gestão dos riscos, através de reporte directo ao Administrador responsável pelo pelouro financeiro (CFO), o qual é também responsável pelo risco (CRO). Na mesma altura, o Grupo adoptou a taxonomia standard da Fortis na gestão dos principais riscos:

Risco operacional	Risco de investimento	Risco específico de seguros
Risco evento	Risco de crédito	Risco específico do ramo vida
Risco negócio	Risco de mercado	Risco específico do ramo não vida
	Risco de liquidez	

a) Risco operacional

Qualquer instituição, incluindo as instituições financeiras, estão sujeitas a risco operacional consequência, da incerteza inerente ao negócio, e do processo de tomada de decisão. Para efeitos de reporte e monitorização, o risco operacional pode ser dividido em duas categorias, risco de evento e risco de negócio.

O risco de evento compreende o risco de perdas resultantes da inexecuibilidade ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou devido a eventos externos, tendo por isso uma natureza essencialmente interna e podendo ser mitigado através de processos e controlos de gestão. A definição de risco de evento inclui o risco legal e de compliance, excluindo o risco estratégico e reputacional.

O risco de negócio é o risco de “estar no negócio” e compreende o risco da perda devido a mudanças no ambiente estrutural e/ou competitivo. Tem uma natureza essencialmente externo podendo, mesmo assim, ser mitigado por boas práticas de gestão.

A função de gestão do risco operacional da Millenniumbcp Fortis, integrada no departamento de gestão de risco, continua a implementar as melhores praticas de gestão do risco operacional mediante a introdução dos princípios e metodologias em vigor no Grupo Fortis. Em particular, durante 2007 foi aprovada a estrutura de governação para risco operacional desenvolvido pela Fortis, cujo esquema se apresenta

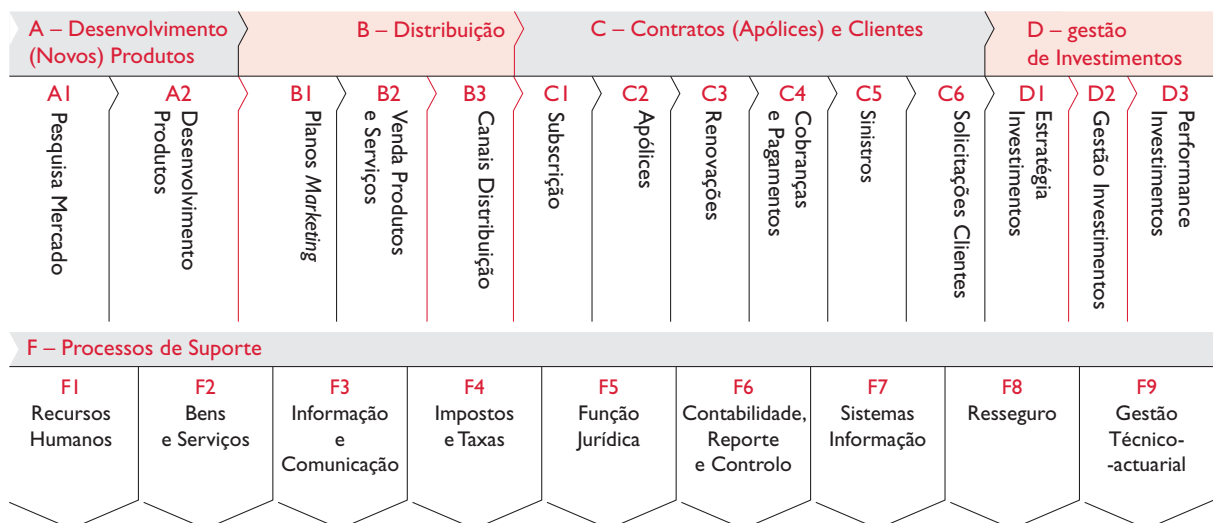
II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Política de Risco Operacional (Evento)				
Risco Operacional – Identificação, avaliação, mensuração/modelação, análise, reporte, monitorização				
QUADRO DE INTEGRAÇÃO DE RISCO OPERACIONAL				
Dados de Perdas <ul style="list-style-type: none"> Recolha de Dados de perdas Benchmarking interno vs externo 	Modelo <ul style="list-style-type: none"> RO VaR Capital Económico Capital Regulatório 	Auto-avaliações de Risco <ul style="list-style-type: none"> Avaliação de exposição a Risco Operacional Analise de cenários Identificar riscos e accionar acções 	Indicadores Chave de Risco (KRI) <ul style="list-style-type: none"> Definir KRI para diferentes áreas Monitorar KRI e Acções de mitigação 	Avaliação Continuidade Negócio <ul style="list-style-type: none"> Avaliação dos PCN Análises de impacto Definir limites
LINHA DE PRODUTO / PROCESSO DE LINHA DE NEGÓCIO / ENTIDADE LEGAL				

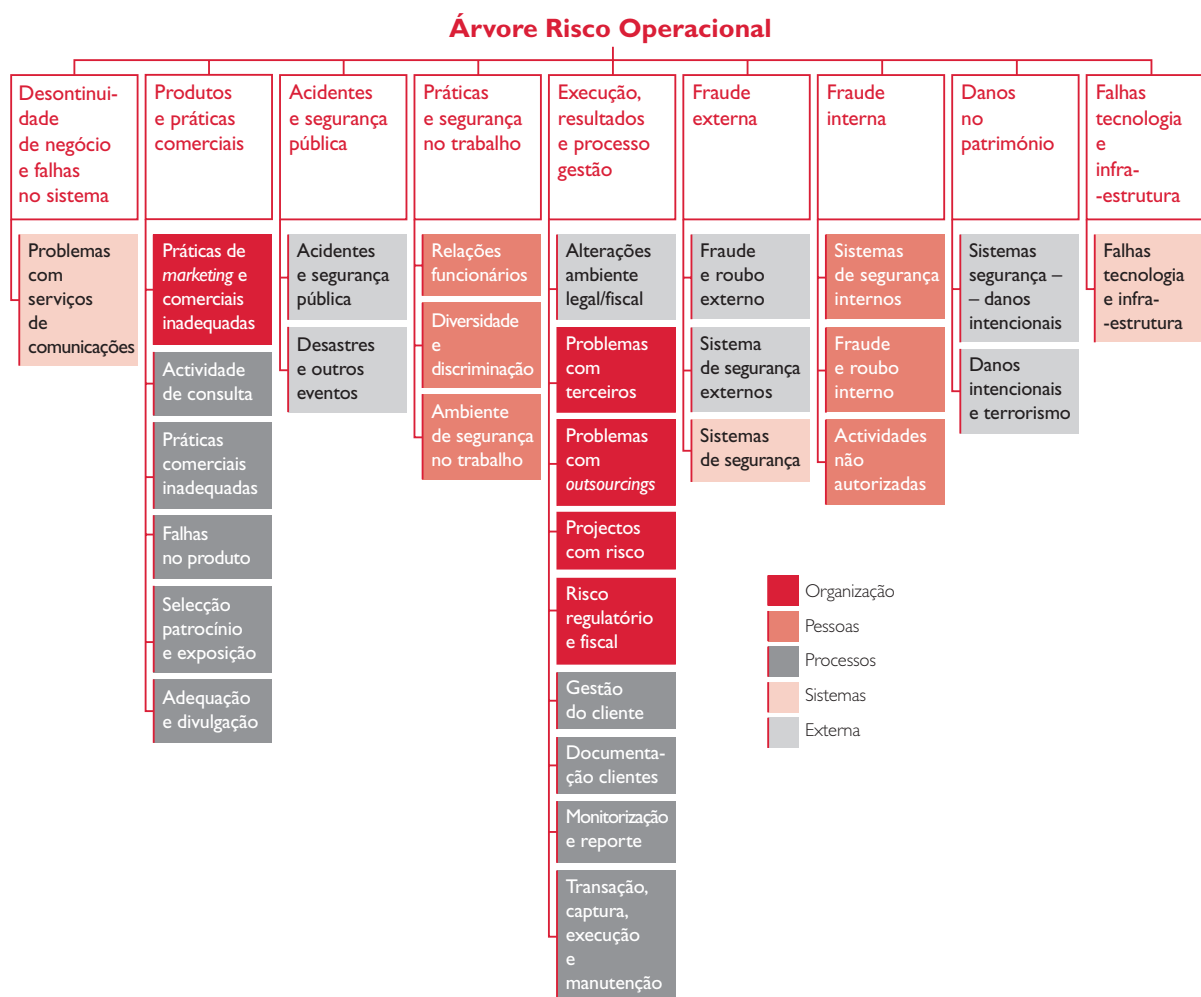
Gestão do Risco Operacional (Evento) por Processo/Linha Negócio			
Mitigação de Risco (prevenção, redução/transferência, controlo)			
Plano de Continuidade de negócio (PCN)	Implementação de Controlos de Gestão	Management Control Statements	Transferência de Risco (Resseguro, etc.,...)

A implementação desta estrutura contribui para o aumento da consciência relativamente ao risco operacional, assim como a eficiência da sua monitorização, mensuração e necessidades de capital. Para que esta abordagem tenha sucesso, será necessário implementar uma gestão de risco transversal à organização e definir uma política de mitigação apropriada, tendo em consideração o processo de negócio inerente à Millenniumbcp Fortis.

Assim, em colaboração com a DOIT (Departamento de Organização e Tecnologia) procedeu-se ao levantamento dos processos de negócio e suporte (Business Process Management) da Millenniumbcp Fortis. Este projecto foi desenvolvido no âmbito dos requisitos estabelecidos pela norma regulamentar nº 14/2005-R do Instituto de Seguros de Portugal (ISP), subordinada a ambos os princípios, gestão de riscos e controlo interno.



Adicionalmente, foi aprovada a taxonomia de riscos associada ao risco operacional, apresentado no esquema seguinte:



De igual modo, a Millenniumbcp Fortis continua a desenvolver o seu Plano de Continuidade de Negócio (*Business Continuity Management*), que consiste num processo de identificação de ameaças potenciais à organização e mensuração do seu impacto, com o propósito de definir uma estrutura/plano que permita uma resposta eficaz em caso de ocorrência de cada uma dessas ameaças, salvaguardando os interesses de accionistas, a nossa reputação e a nossa marca.

b) Risco de investimento

O Risco de Investimento, é composto por três riscos: crédito, mercado e liquidez.

Risco de crédito

O risco de crédito deve ser entendido como o risco decorrente da incapacidade de um emissor cumprir os termos contratados ou de alguma forma falhar esses termos.

No contexto da Millenniumbcp Fortis, este risco é essencialmente relevante nas suas carteiras de investimentos financeiros, através da sua exposição a obrigações, em que estamos investidos para benefício quer dos segurados, quer dos nossos accionistas. Este risco é gerido através da imple-

□ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

mentação de uma política de crédito que contém um conjunto de princípios, normas, directrizes e procedimentos para efeitos de identificação, mensuração e reporte.

A Millenniumbcp Fortis está, igualmente, exposta a risco de crédito, através dos tratados de resseguro, mas relativamente a estes, a Millenniumbcp Fortis assegura-se que os mesmos são colocados em instituições de elevada qualidade creditícia.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimento repartida por “Investimentos disponíveis para venda”, “investimentos ao justo valor através de resultados” e “carteira de negociação”, por tipo de activo:

Carteira de Investimento	2007		2006	
[Milhares de Euros]		%		%
Activos financeiros disponíveis para venda	4.215.646	100.0%	3.904.637	100.0%
Dívida pública	2.029.738	48.1%	2.261.765	57.9%
Obrigações	1.536.319	36.4%	1.106.576	28.3%
Acções	24.084	0.6%	22.329	0.6%
Fundos de investimento:				
Obrigações	96.682	2.3%	96.161	2.5%
Acções	290.435	6.9%	190.193	4.9%
Imobiliário	176.252	4.2%	147.245	3.8%
Alternativos	62.130	1.5%	61.353	1.6%
Tesouraria	—	0.0%	19.008	0.5%
Depósitos junto empresas cedentes	7	0.0%	7	0.0%
Activos financeiros ao justo valor por resultados	42.104		37.424	
Detidos para negociação	1.608		373	
Total	4.259.358		3.942.434	
Propriedades de investimento	7.760		8.647	
Aplicações em instituições de crédito	141.400		86.400	
	4.408.518		4.037.481	

Um dos objectivos da política de investimento do Grupo é mitigar o risco de crédito subjacente através da diversificação da carteira, por sector, mercado e país.

As acções detidas pelo Grupo podem ser decompostas por tipo de sector:

Acções por tipo de indústria	2007		2006	
[Milhares de Euros]	Valor	%	Valor	%
Instituições financeiras	5.736	23.8%	5.368	24.0%
Indústria	1.970	8.2%	885	4.0%
Sectores básicos e energéticos	3.041	12.6%	2.775	12.4%
Comunicações	101	0.4%	2.387	10.7%
Materias primas	3.357	13.9%	9.518	42.6%
Consumíveis não cíclicos	2	0.0%	226	1.0%
Consumíveis cíclicos	1.948	8.1%	1.170	5.2%
Energia	7.608	31.6%	0	0.0%
Tecnologia	320	1.3%	0	0.0%
	24.084	100.0%	22.329	100.0%

As obrigações detidas pelo Grupo podem ser decompostas por tipo de sector:

Obrigações por tipo de indústria [Milhares de Euros]	2007		2006	
	Valor	%	Valor	%
Dívida pública	2.029.738	56.3%	2.144.659	63.0%
Instituições financeiras	1.227.956	34.0%	1.140.387	33.5%
Operações de securitização	21.613	0.6%	30.428	0.9%
Indústria	116.718	3.2%	18.913	0.6%
Sectores básicos e energéticos	17.889	0.5%	19.603	0.6%
Operações hipotecárias	20.452	0.6%	24.066	0.7%
Consumíveis não cíclicos	24.739	0.7%	14.601	0.43%
Consumíveis cíclicos	14.208	0.4%	3.317	0.10%
Comunicações	19.620	0.5%	5.656	0.17%
Materias primas	4.085	0.1%	3.135	0.09%
Diversos	111.144	3.1%	1.000	0.03%
	3.608.162	100.0%	3.405.765	100.0%

O quadro seguinte mostra a qualidade creditícia (rating) dos emitentes de todas as obrigações (com base em ratings externos):

Obrigações por notação de Rating [Milhares de Euros]	2007		2006	
	Valor	%	Valor	%
AAA	1.306.587	36.2%	1.369.411	40.2%
AA	1.269.087	35.2%	1.278.956	37.6%
A	752.015	20.8%	700.808	20.6%
BBB	273.691	7.6%	36.957	1.1%
Não cotados	6.781	0.2%	19.634	0.6%
Total	3.608.162	100.0%	3.405.765	100.0%
Dívida pública – AFDV	2.029.738	56.3%	2.261.765	66.4%
Obrigações – AFDV	1.536.319	42.6%	1.106.576	32.5%
Obrigações – AFJVAR	42.104	1.2%	37.424	1.1%
Total	3.608.162	100.0%	3.405.765	100.0%

□ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As unidades de participação em fundos de investimento detidas pelo Grupo, podem ser decompostas por tipo e região geográfica:

Fundos de investimento por zona geográfica

[Milhares de Euros]	Portugal	Luxemburgo	Alemanha	Ilhas Caimão	Total	%
Obrigações	9.619	87.063	–	–	96.682	15.5%
Ações	–	287.776	2.659	–	290.435	46.4%
Imobiliário	176.252	–	–	–	176.252	28.2%
Alternativos	–	–	–	62.130	62.130	9.9%
Total em 2007	185.870	374.839	2.659	62.130	625.498	100.0%
Obrigações	9.113	87.047	–	–	96.160	18.7%
Ações	–	190.193	–	–	190.193	37.0%
Imobiliário	147.245	–	–	–	147.245	28.6%
Alternativos	–	–	–	61.354	61.354	11.9%
Tesouraria	19.008	–	–	–	19.008	3.7%
Total em 2006	175.366	277.240	–	61.354	513.960	100.0%

Risco de mercado

O Risco de Mercado corresponde ao risco de perdas significativas resultantes de variações adversas do mercado – dos preços das ações, das taxas de juro, das taxas de câmbio e do valor do imobiliário – com impacto directo nas posições activo e passivo do balanço (risco gestão activo-passivo, ie, risco ALM). A Millenniumbcp Fortis reconhece que tal risco é inevitável, sendo consequência do tipo de negócio que explora, mas que, um determinado nível de risco de mercado é aceitável, sendo benéfico em prol dos seus segurados e accionistas.

O Risco de Mercado é dividido em dois tipos diferentes, risco de ALM e risco de *trading*, dependendo do propósito do investimento. Se o investimento for realizado com um propósito de realização de mais-valias a curto prazo está associado a risco de *trading*, qualquer investimento com propósito diferente será associado a risco de ALM.

A Millenniumbcp Fortis controla o risco ALM através de indicadores de exposição ao risco, tais como:

- (i) Análises Cash-Flow gap, as quais ilustram o perfil de exposição às taxas de juro ao longo do tempo e são utilizadas para quantificar e comparar a sensibilidade dos activos e passivos nos diferentes intervalos de tempo, bem como analisar o *mismatch* entre activos e passivos para as diferentes maturidades.
- (ii) Análises de sensibilidade às taxas de juro, que indicam quanto pode variar o valor de mercado dos activos e das passivos por ponto base de alteração da curva de taxas de juro. São feitos testes para cenários de +/-100bp aplicados ao justo valor;
- (iii) “Duration”, a qual é utilizada como um indicador chave para o risco de taxa de juro: Reflecte a sensibilidade a uma pequena variação paralela da curva das taxas de juro;
- (iv) “Earnings at risk”, que é um indicador que simula o efeito de alteração das taxas de juro nos resultados futuros;
- (v) “Value at Risk” (VaR), que calcula a perda potencial gerada por variações dos preços e das taxas de juro. Para a determinação do Capital Económico, o VaR é calculado com base num horizonte temporal de um ano e num grau de confiança de 99,97%.

O Comité de Risco monitoriza, trimestralmente, os indicadores de exposição ao risco. É também responsabilidade do Comité de Risco rever as alocações estratégicas de activos, e em particular, definir as estratégias de investimento óptimas em função dos estudos de ALM. Em 2007 foi aprovado o novo mandato de investimentos que contempla todas as carteiras do Grupo.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como o risco da Millenniumbcp Fortis se tornar incapaz de:

- honrar os seus compromissos financeiros para com os segurados e outros credores sem que para tal tenha que incorrer em perdas inaceitáveis;
- Realizar activos para financiar as seus compromissos financeiros, como e quando eles ocorrerem, tanto em circunstâncias normais de mercado, como em situações desfavoráveis.

Ou seja, o risco resultante da Millenniumbcp Fortis, embora solvente, não dispor de recursos disponíveis para cumprir os seus compromissos quando estes ocorrem, ou para o fazer, tenha de incorrer numa perda excessiva. A gestão deste risco assenta na combinação de uma gestão de recursos e simultaneamente, na definição de uma política de investimentos que contempla uma percentagem de activos com elevado grau de liquidez.

O quadro seguinte foi preparado tendo por base tanto as disposições legais como as contratuais e, de forma a incluir as responsabilidades relativas a contratos de seguros, cuja afectação por prazo resulta da análise feita ao run-off das mesmas.

Em 31 Dezembro de 2007 e 2006, a posição era a seguinte:

Risco de liquidez 2007							
[Milhares de Euros]							
	<1 mês Maturidade	1-3 meses Maturidade	3-12 meses Maturidade	1-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	sem Maturidade	Total
Activo							
Activos financeiros a taxa fixa	208.741	22.051	172.626	952.732	1.542.637	–	2.898.787
Activos financeiros a taxa variável	15.199	7.465	168.519	276.427	383.300	–	850.910
Outros activos financeiros	65.083	53.975	166.637	4.686	869	649.446	940.697
Investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	426	208.641	903.154	2.043.935	2.295.046	63.338	5.514.540
Activos financeiros	289.449	292.132	1.410.936	3.277.781	4.221.852	712.784	10.204.934
Activos não financeiros	4.685	33.763	31.520	17.339	16.019	672.958	776.285
Total de activos	294.134	325.895	1.442.456	3.295.120	4.237.870	1.385.742	10.981.218
Passivo							
Passivo por contratos de investimento ao justo valor através de resultados	12.059	92.614	724.909	2.469.293	2.216.802	–	5.515.678
Outros passivos financeiros	14.435	14.159	91.380	969	1.156	–	122.099
Passivos financeiros	26.494	106.774	816.289	2.470.263	2.217.957	–	5.637.777
Passivos por contratos de investimento com participação nos resultados discriminária	67.392	49.093	24.723	1.210.562	2.494.259	–	3.846.028
Provisões técnicas relativas aos contratos de seguro	10.436	20.185	65.533	63.791	33.489	128.562	321.996
Outros passivos não financeiros	750	8.568	40.156	26.661	35.809	–	111.944
Passivos não financeiros	78.578	77.845	130.412	1.301.014	2.563.558	128.562	4.279.968
Total de passivos	105.072	184.618	946.701	3.771.277	4.781.515	128.562	9.917.745

II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Risco de liquidez 2006

[Milhares de Euros]

	Maturidade <1 mês	Maturidade 1-3 meses	Maturidade 3-12 meses	Maturidade 1-5 anos	Maturidade > 5 anos	sem Maturidade	Total
Activo							
Activos financeiros a taxa fixa	25.215	89.181	159.182	848.995	1.647.338	–	2.769.911
Activos financeiros a taxa variável	6.994	6.115	142.796	260.355	139.041	–	555.301
Outros activos financeiros	168.283	154.593	251.489	24.685	30.081	536.528	1.165.659
Investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	(17.347)	121.753	469.551	2.639.458	1.933.131	24.018	5.170.564
Activos financeiros	183.145	371.642	1.023.018	3.773.493	3.749.591	560.546	9.661.435
Activos não financeiros	9.227	18.660	106.197	171.687	227.619	315.740	849.130
Total de activos	192.372	390.302	1.129.215	3.945.180	3.977.210	876.286	10.510.565
Passivo							
Passivo por contratos de investimento ao justo valor através de resultados	10.521	16.529	270.127	2.657.155	2.222.785	–	5.177.117
Outros passivos financeiros	140.530	31.171	32.167	46.628	2.106	–	252.602
Passivos financeiros	151.051	47.700	302.294	2.703.783	2.224.891	–	5.429.719
Passivos por contratos de investimento com participação nos resultados discriminária	89.162	36.122	20.060	1.347.985	2.034.562	–	3.527.891
Provisões técnicas relativas aos contratos de seguro	20.851	20.638	66.677	62.655	29.588	117.133	317.542
Outros passivos não financeiros	1.123	3.370	45.307	48.230	56.442	–	154.472
Passivos não financeiros	111.136	60.130	132.044	1.458.870	2.120.592	117.133	3.999.905
Total de passivos	262.187	107.830	434.338	4.162.653	4.345.483	117.133	9.429.624

Risco de câmbio

Qualquer produto financeiro é denominado numa determinada moeda, o risco de câmbio advém de possíveis alterações da taxa de câmbio para a moeda de referência da Millenniumbcp Fortis, ou seja, o Euro.

A Millenniumbcp Fortis definiu que todo risco de câmbio deverá ser coberto.

O balanço consolidado do Grupo tem a seguinte exposição por moeda:

Risco Cambial 2007 [Milhares de Euros]	EUR	USD	GBP	JPY	Total
Investimentos	4.230.893	26.858	–	–	4.257.751
Investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	5.506.121	8.164	247	8	5.514.540
Outros activos	1.208.928	–	–	1	1.208.929
Total de activos	10.945.942	35.022	247	9	10.981.218
Passivo	9.917.745	–	–	–	9.917.745
Total de passivos	9.917.745	–	–	–	9.917.745

Risco cambial 2006 [Milhares de Euros]	EUR	USD	GBP	JPY	Total
Investimentos	3.923.641	18.786	–	–	3.942.427
Investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	5.169.432	1.132	–	–	5.170.564
Outros activos	1.397.574	–	–	–	1.397.574
Total de activos	10.490.647	19.918	–	–	10.510.565
Passivo	9.429.624	–	–	–	9.429.624
Total de passivos	9.429.624	–	–	–	9.429.624

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o justo valor dos activos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado é analisado como se segue:

[Milhares de Euros]	2007		2006	
	Valor de balanço	Justo Valor	Valor de balanço	Justo Valor
Activo				
Caixa e disponibilidades	144.609	144.609	294.028	294.028
Aplicações em instituições de crédito	141.400	141.400	86.400	86.400
Devedores por operações de seguro directo, resseguro e outros	73.444	73.444	98.718	98.718
Total	359.453	359.453	479.146	479.146
Passivo				
Depósitos recebidos de resseguradores	64.639	64.639	62.766	62.766
Credores por operações de seguro directo, resseguro e outros	57.460	57.460	189.836	189.836
Total	122.099	122.099	252.602	252.602

c) Risco específico de seguros

O risco específico de seguros reflecte o facto de, no momento da subscrição da apólice, não ser possível estimar com certeza o custo real efectivo dos sinistros futuros.

Devido à natureza particular da actividade seguradora, parte do risco da subscrição é transferido do segurado para a seguradora. Enquanto que ao nível do segurado este risco pode ser aleatório e portanto imprevisível, uma das principais funções da companhia é agrupar esses riscos individuais em carteiras onde os custos com sinistros e as suas variações potenciais podem ser analisados e

□ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

modelizados. As companhias seguradoras definem prémios, reservas e requisitos de capital (solvência) com base na percepção dos custos médios com sinistros e de como é que estes podem variar. Analisar, monitorizar e estimar estes custos são actividades essenciais na gestão do risco de seguro. A incerteza inerente às despesas futuras e as taxas de resgate fazem também parte do risco de seguro, dado o seu potencial impacto nos sinistros e requisito de provisões.

O risco específico de seguros abrange todos os riscos inerentes à actividade seguradora, com excepção dos que são abrangidos no âmbito do risco de investimento ou do risco operacional. O risco específico de seguros pode ser dividido em duas classes diferentes, uma associada ao ramo vida e outra ao ramo não vida.

Nos Seguros de Vida, o risco específico de seguro surge da incerteza relacionada com as taxas de mortalidade, e é também denominado de “risco biométrico”. Os seguros de risco (temporários) e as rendas são muito sensíveis a mudanças nas taxas de mortalidade. Quando se observam decréscimos nas taxas de mortalidade relativamente aos pressupostos de pricing, existe risco de longevidade. Por outro lado, quando a mortalidade observada é inferior à estimada, estamos na presença de risco de mortalidade. Assim, acréscimos inesperados nas taxas de mortalidade levam a custos com sinistros superiores ao estimado para os produtos de risco, mas custos inferiores para as rendas, e vice versa. Dado que o negócio Vida é um negócio de longo prazo, mudanças inesperadas nas taxas de resgate ou nas despesas podem também ter um impacto significativo.

Os seguros Não Vida, estão sujeitos ao risco de seguro através da incerteza relativa ao sinistros. Em particular, para os seguros de saúde, a incerteza dos custos está também relacionada com variações nos custos médicos. As taxas de invalidez podem também ser incluídas no risco de longevidade quando os produtos são vitalícios, como sejam, pensões de acidentes de trabalho e algumas apólices de saúde.

Na tabela seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade do justo valor dos capitais a alterações de factores financeiros e não financeiros. Deve ser entendido como justo valor dos capitais a diferença entre o justo valor dos activos e das responsabilidades.

O justo valor das responsabilidades é determinado como o valor actual líquido dos fluxos futuros, considerando para o efeito o valor das opções embutidas, nomeadamente a distribuição de resultados. A valorização é realizada com base em princípios de mercado, ie, os fluxos resultantes dos contratos de seguro são descontados à taxa de juro sem risco, enquanto os fluxos adicionais, como por exemplo a participação nos resultados, são valorizados com base em princípios de risco neutros.

Vida [Milhares de Euros]

Análises de Sensibilidade	Impacto no Justo Valor em 31.12.2007	Impacto no Justo Valor em 31.12.2006
Taxas de juro sem risco +100bp	(9.707)	(2.500)
Taxas de juro sem risco -100bp	(4.152)	(11.303)
Imobiliário e acções -10%	(40.247)	(32.167)
Despesas gerais -10%	9.798	7.962
Taxas de Mortalidade -5%	14.636	16.867
Taxas de anulação/resgate -10%	34.911	21.824

Não Vida [Milhares de Euros]

Análises de Sensibilidade	Impacto no Resultado Técnico em 31.12.2007	Impacto no Resultado Técnico em 31.12.2006
Custos de Exploração -10%	5.135	5.252
Custos com sinistros +5%	(4.215)	(4.054)

Gestão do risco de seguro

A Millenniumbcp Fortis gere o risco específico dos seguros através da combinação de políticas de subscrição (underwriting), de pricing, de provisionamento e de resseguro.

O departamento actuarial é responsável por avaliar e gerir o risco específico de seguros no contexto das políticas e directrizes definidas a nível da Millenniumbcp Fortis. O Comité de Risco analisa e aprova regularmente a adequação dos prémios e das provisões técnicas. De destacar ainda que a gestão do risco específico dos seguros é gerida em conjunto com outros riscos incluindo o ALM. Neste sentido, outros departamentos, como Gestão do Risco, Resseguro e Investimentos são também envolvidos no processo.

Políticas de Subscrição

As políticas de subscrição integram as políticas globais de gestão do risco. As mesmas são definidas e revistas em articulação com o departamento actuarial, atendendo ao dados históricos de perdas registadas. Para o efeito, é usado um vasto conjunto de indicadores de desempenho e ferramentas de análise estatística por forma a melhorar as normas de subscrição, melhorar a experiência em termos de perdas e/ou assegurar um ajustamento adequado dos preços.

Pricing

A Millenniumbcp Fortis tem como objectivo definir prémios que proporcionem lucros adequados depois de cobertos os custos com os sinistros (e outros custos) e o custo do capital. Os preços são testados recorrendo a técnicas e indicadores de desempenho adequados à carteira, tanto numa base à priori (por exemplo, *profit testing*), como à posteriori (por exemplo, o *embedded value* e os rácios combinados).

Os factores levados em consideração na definição dos preços dos contratos de seguros variam consoante o tipo de produto e os benefícios oferecidos, mas em geral incluem o seguinte:

- Os custos estimados com sinistros e outros benefícios a pagar aos segurados e os seus *timings*;
- O nível de incerteza associado aos custos esperados (o que inclui uma análise estatística dos custos com sinistros, bem como da evolução da jurisprudência, da conjuntura económica e das tendências demográficas);
- Outros custos associados à comercialização de cada produto, tais como custos com distribuição, marketing, gestão de apólices e gestão de sinistros;
- Condições do mercado de capitais e inflação;
- Requisitos de capital (solvência);
- Objectivos de rentabilidade;
- Condições do mercado segurador, nomeadamente o preço de produtos semelhantes oferecido por concorrentes.

Provisionamento

A adequação das responsabilidades é revista anualmente, sendo as alterações consideradas necessárias imediatamente reconhecidas e registadas. O teste de adequação das responsabilidades (LAT) está em linha com as exigências IFRS, sendo definido por forma a dar garantias à gestão da Millenniumbcp Fortis que existem activos ou provisões suficientes para fazer face às responsabilidades calculadas ao justo valor (*best-estimate*), ie, calculadas sob uma base económica com um elevado grau de confiança. Um mecanismo de controlo assegura a implementação de acções de correcção, sempre que se verifique uma insuficiência resultante da estimativa calculada com um nível de confiança abaixo de 90%.

Adicionalmente, a análise da adequação dos prémios e das provisões é feita regularmente, pelos actuários responsáveis, sendo nomeadamente, as provisões do ramo não vida certificadas anualmente por uma entidade externa.

□ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Resseguro

Quando apropriado, a Millenniumbcp Fortis celebra tratados de resseguro para limitar a sua exposição ao risco. O resseguro pode ser feito apólice a apólice (resseguro facultativo), nomeadamente quando o nível de cobertura exigido pelo segurado excede os limites internos de subscrição, ou com base na carteira (resseguro por tratado), em que as exposições individuais dos segurados estão dentro dos limites internos, mas em que existe um risco inaceitável de acumulação de sinistros, nomeadamente devido a fenómenos climáticos (desastres naturais). Os eventos mencionados anteriormente estão directamente relacionados com as condições atmosféricas bem como com a própria actividade do Homem. A selecção das resseguradoras baseia-se principalmente em critérios relacionados com o preço e a gestão do risco de crédito da contraparte.

A estratégia de resseguro é coordenada centralmente pelo Grupo Fortis para otimizar as condições dos tratados e, sempre que tal se justifique, o resseguro é canalizado através da Fortis Reinsurance, uma resseguradora do Grupo, no sentido de beneficiar da diversificação a nível do Grupo.

O principal objectivo do resseguro é mitigar o impacto de grandes terremotos/sismos, tempestades ou inundações, grandes sinistros individuais em que os limites das indemnizações são elevados e o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

Algumas resseguradoras expressaram a intenção de deixar de prestar coberturas ilimitadas e deixar de cobrir riscos de terrorismo de natureza nuclear, biológica ou química. As seguradoras envolvidas, em conjunto com associações do sector, têm estado a debater possíveis soluções para este problema com os governos envolvidos. Tais soluções podem passar por coberturas limitadas ou a criação de soluções (parcialmente) patrocinadas pelos governos.

A exposição máxima ao risco por ocorrência após resseguro e franquias linha de negócio é resumida de seguida:

Ramo [Milhares de Euros]	Tipo de Resseguro	Limite de cobertura	Retenção líquida
Vida / Invaidez	Excedente	4.000	100
Vida (catástrofes)	Excedente de Perdas (XL)	10.000	300
Incêndio	Excedente	12.000	300
Incêndio (catástrofes naturais)	Excedente de Perdas (XL)	350.000	20.000
Responsabilidade Civil	Excedente de Perdas (XL)	2.450	50
Engenharia	Quota parte + Excedente	2.750	250
Acidentes Pessoais	Excedente	1.500	75
Automóvel – responsabilidade civil	Excedente de Perdas (XL)	50.000	600
Automóvel – cascos	Excedente de Perdas (XL)	4.400	600
Marítimo	Quota parte	1.000	400
Transportes	Excedente	1.500	75
Acidentes Pessoais (catástrofes)	Excedente de Perdas (XL)	50.000	250
Acidentes de Trabalho	Excedente de Perdas (XL)	30.000	500

A proporção de prémios cedidos a Resseguradores, por linha de negócio é a seguinte:

Ramo	2007			2006		
	Prémios directo	Premios cedidos	Prémios liquidados resseguro	Prémios directo	Premios cedidos	Prémios liquidados resseguro
Vida risco	174.035	(20.082)	153.953	168.373	(18.278)	150.095
Vida investimento	700.424	–	700.424	713.477	–	713.477
Acidentes e Saúde	116.003	(22.502)	93.501	109.559	(24.673)	84.886
Patrimoniais	59.691	(39.355)	20.336	61.196	(42.832)	18.364
Total	1.050.154	(81.939)	968.215	1.052.606	(85.783)	966.822

Risco específico de Seguro

Risco específico do ramo Não Vida

O risco de sinistros no ramo não vida é relativo à incerteza das perdas efectivas decorrentes do ramo de multiriscos e de patrimoniais (incluindo, automóvel e responsabilidade civil geral) acidentes pessoais e o ramo de saúde. O tempo necessário para conhecer e liquidar os sinistros é um factor importante a ter em conta na constituição de provisões. Os sinistros de prazo curto, tais como os decorrentes do seguro automóvel/danos materiais e seguro de multiriscos, em geral são comunicados e liquidados em pouco tempo. A resolução de sinistros de prazo longo, tais como os relativos a danos corporais, podem levar anos a serem encerrados. Estes sinistros, devido à natureza das perdas, tornam as informações relativas à ocorrência mais difíceis de obter bem como os tratamentos médicos necessários mais morosos. Para além disso, a análise de perdas de prazo longo é mais difícil, obriga a um trabalho mais pormenorizado, estando as estimativas dos pagamentos futuros mais sujeitas a incerteza.

Como consequência, as provisões para sinistros dos seguros não vida são estimadas para sinistros já ocorridos mas ainda não comunicados e para sinistros futuros. Em geral, a Millenniumbcp Fortis constitui provisões para sinistros por produto, cobertura e ano de acidente e toma em linha de conta as projecções futuras dos sinistros reportados descontados e também a estimativa dos sinistros ainda não declarados. São ainda considerados os montantes das despesas com sinistros e o custo da inflação.

A provisão para riscos em curso, risco relativo às apólices para os quais os prémios já foram recebidos mas o período ainda não expirou, são cobertos pela provisões para prémios não adquiridos, para cobrir o risco referente à parte do tempo ainda não decorrido. Mensalmente são efectuados testes de adequação de prémios e, se se concluir que os prémios não adquiridos não serão suficientes para cobrir os sinistros esperados relativos ao período em falta, são constituídas provisões para riscos em curso.

A adequação global das provisões técnicas é testada trimestralmente, em linha com a política do Grupo Fortis e é certificada anualmente por uma entidade externa e independente. Os eventuais ajustamentos resultantes das estimativas das provisões são reflectidos nos resultados correntes da exploração. Adicionalmente, quando for necessário e adequado as políticas de subscrição e preços são revistas.

□ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O quadro seguinte apresenta a evolução das provisões para sinistros e a adequação histórica deste tipo de provisões:

Ano de subscrição [Milhares de Euros]	<2001	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Estimativa acumulada dos sinistros:									
No final do ano de subscrição		75.444	74.262	61.458	71.738	78.892	80.400	89.131	
Um ano depois		78.373							
Dois anos depois		82.883	73.311						
Três anos depois		82.687	73.507	63.753					
Quatro anos depois		82.687	72.750	63.068	67.394				
Cinco anos depois		82.913	73.805	62.763	65.829	78.852			
		82.725	74.343	62.634	65.142	75.070	80.888		
Estimativa acumulada dos sinistros até à data		82.725	74.343	62.634	65.142	75.070	80.888	89.131	
Pagamentos acumulados até 31-12-2007		81.569	71.167	59.589	60.365	67.751	71.225	61.672	
Provisões para sinistros	8.412	1.156	3.176	3.045	4.776	7.319	9.663	27.459	65.006
Outras provisões para sinistros									
Provisões matemáticas de Acidentes de trabalho	—								11.557
Total Provisões para sinistros	8.412	1.156	3.176	3.045	4.776	7.319	9.663	27.459	76.563

Para mitigar este risco, o Grupo recorre a critérios de selecção e políticas de subscrição baseadas na experiência histórica de perdas por tipo de cliente/sector e segmento de negócio, ajustadas pelo conhecimento ou expectativa da evolução futura da frequência e gravidade dos sinistros. A Millenniumbcp Fortis limita a sua exposição a grandes perdas potenciais tais como catástrofes naturais, eventos que envolvem vítimas múltiplas, incêndios catastróficos, acidentes nucleares ou sinistros de responsabilidade civil através de limites impostos nos contratos e/ou com a celebração de contratos de resseguro.

A Millenniumbcp Fortis contribui para a diversificação do negócio não vida (quer em termos de produtos quer em termos geográficos) reduzindo o risco ao nível do Grupo Fortis.

Risco de Longevidade e Mortalidade

O risco de longevidade cobre a incerteza das perdas efectivas resultantes dos segurados viverem mais anos do que estimado ou esperado sendo mais relevante, por exemplo, nas rendas vitalícias e nas pensões de acidentes de trabalho. O risco de longevidade é gerido através do pricing, da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os prémios e constituir as provisões. Quando se chega à conclusão de que a longevidade está acima do assumido nas tabelas de mortalidade, são criadas provisões suplementares e os prémios ajustados em conformidade.

O risco de mortalidade cobre a incerteza das perdas efectivas resultantes das pessoas seguras viverem menos do que o esperado sendo mais relevante, por exemplo, nos seguros temporários anuais renováveis. Dado o aumento contínuo da esperança de vida da população, o risco de mortalidade ao nível da carteira em vigor não é significativo nesta fase. No entanto, o risco de mortalidade pode tornar-se significativo se se manifestarem doenças epidémicas ou se ocorrer um grande número de mortes na sequência de catástrofes, tais como acidentes industriais ou ataques terroristas. O risco de mortalidade é mitigado através da política de subscrição e da revisão regular das tabelas de mortalidade, mas também através de tratados de resseguro de protecção da retenção.

Os principais pressupostos actuariais usadas no cálculo do valor das reservas matemáticas de acidentes de trabalho são as seguintes:

	Pensões remíveis	Pensões não remíveis
Tabela de mortalidade	TD 88/90	35% TV 88/90 65% TV 73/77
Taxa de desconto	5,25%	3,9%
Comissões de gestão	2,4%	4,0%

A análise da adequação das responsabilidades só se aplica às pensões não remíveis. Os pressupostos tomados em consideração são iguais aos referidos supra, com excepção da taxa de desconto, em que se usou a taxa de juro sem risco a 10 anos.

De acordo com a actual regulamentação, as provisões para seguros de vida são calculadas de acordo com os pressupostos actuariais definidas em cada apólice, tal como ilustrado no quadro seguinte:

	Tabela de Mortalidade	Taxa técnica
Seguros em caso de morte (temporários, mistos e outros)	PM 60/64 ou GKM 80	3% ou 4%
Rendas Vitalícias	GKF 80 ou TV 73/77	3% ou 3,5%
Seguros em caso de Vida (excluindo Rendas Vitalícias)	PF 60/64 ou GKF 80	0%, 2%, 3%, 3,25% ou 3,8%

Para efeitos de análise da adequação das responsabilidades, os pressupostos relativos à mortalidade baseiam-se nas melhores estimativas decorrentes do exame histórico das carteiras. Os cash flows futuros são avaliados através do modelo interno de *embedded value* e foram descontados com base na curva de taxas de juro sem risco. Os pressupostos de mortalidade usados foram os seguintes:

	Tabela de Mortalidade			
	2007		2006	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Risco	55% TV 73/77		60%GKM95	50%GKF95
Rendas	100% PERM2000C	100% PERF2000C	100%PERM2000C	100%PERF2000C
Produtos financeiros com participação nos resultados	50% TV 73/77		40%GKM95	40%GKF95

Risco de Invalidez

O Risco de invalidez cobre a incerteza das perdas efectivas devidas às taxas de invalidez serem superiores às esperadas e pode ser mais relevante, por exemplo, nas carteiras de seguros de saúde, acidentes pessoais e acidentes de trabalho.

A incidência deste risco, bem como as taxas de recuperação são influenciadas por vários factores tais como o ambiente económico, a intervenção governamental, avanços da medicina, bem como os critérios utilizados para a avaliação da invalidez. Este risco é gerido através duma revisão regular do padrão histórico de sinistros e das tendências futuras esperadas, assim como através do ajustamento dos preços, provisões e política de subscrição, sempre que tal se justifique. A Millenniumbcp Fortis

□ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

também mitiga o risco de invalidez através da adopção de questionários médicos e de uma cobertura apropriada de resseguro.

d) Requisitos de Solvência

O cálculo da margem de solvência é realizado de acordo com a norma regulamentar nº 2/2005-R do Instituto de Seguros de Portugal, sendo determinada com base nas demonstrações financeiras estatutárias. As demonstrações financeiras estatutárias são preparadas de acordo com as regras estabelecidas pelo Instituto de Seguros de Portugal, que diferem das normas IFRS.

A Millenniumbcp Fortis faz uma monitorização mensal do seu nível de solvência, para o qual tem definido um objectivo mínimo de 150% da exigência legal.

A 31 de Dezembro 2007 e 2006 a margem de solvência tinha as seguintes componentes:

Rúbrica [Milhares de Euros]	31 Dezembro 2007	31 Dezembro 2006
Capital	1.000.002	1.000.002
Reservas Legal e de Reavaliação	4.951	3.519
Resultados Transitados	54.747	18.410
Resultado Exercício	87.522	73.734
Distribuição de Resultados do Exercício	—	(35.000)
Total Situação Líquida (1)	1.147.223	1.060.666
Activos Intangíveis	(588.840)	(623.480)
Ajuste Pensões Reforma e Obrigações	(86.964)	(15.344)
Lucros Futuros Vida	24.052	22.386
Total (2)	(651.752)	(616.438)
Margem de Solvência Disponível (1) + (2)	495.471	444.228
Margem de Solvência Exigida	279.352	261.806
Excesso/Insuficiência	216.119	182.422
Rácio Solvência	177%	170%

Nota 40 – Justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de activos e passivos pela Millenniumbcp Fortis são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Activos financeiros ao justo valor através de resultados, Activos e passivos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados.

No caso das acções não cotadas, são valorizadas ao custo histórico, sempre que não existam valores de mercado disponíveis que suportem a sua cotação e não seja possível estimar o seu justo valor com fiabilidade.

Devedores por operações seguro directo, de resseguro e outros

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

Nota 41 – Passivos contingentes e compromissos

Passivos contingentes

As Companhias do Grupo estão envolvidas em processos judiciais em Portugal, relacionados com acções movidas pelas Companhias e contra as mesmas, os quais estão relacionados com o decurso normal da sua actividade enquanto empresas de seguros, entidades empregadoras e contribuintes fiscais. Não é exequível estimar ou prever o desfecho final dos processos judiciais em curso. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo que, com as devidas reservas, a possibilidade de o desfecho dos processos judiciais em curso vir a ter um efeito material adverso nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo é remota.

Garantias

Em 31 de Dezembro de 2007 o total de garantias bancárias era de Euros 169.000. Estas garantias estão relacionadas com os processos de sinistro.

Compromissos

As Companhias do Grupo possuem diversos contratos de locação operacional de veículos. Os pagamentos efectuados no âmbito desses contratos de locação são reconhecidos nos resultados no decurso da vida útil do contrato. Os pagamentos futuros mínimos relativos aos contratos de locação operacional não revogáveis são os seguintes:

[Milhares de Euros]	até 3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Total
Rendas vincendas de contratos de leasing	94	260	421	775

□ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Nota 42 – Demonstrações financeiras individuais da Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.

As demonstrações financeiras individuais da Millenniumbcp Fortis são analisadas como segue:

Demonstração de resultados		
[Milhares de Euros]	2007	2006
Dividendos	29.700	47.400
Juros e outros proveitos similares	2.093	772
Totals de proveitos	31.793	48.172
Total de custos	(617)	(211)
Resultado líquido do exercício	31.176	47.961

Balanço [Milhares de Euros]		
	2007	2006
Investimentos em subsidiárias	999.953	999.953
Outros activos	57.507	61.024
Total de activos	1.057.460	1.060.977
Capitais próprios	1.056.954	1.060.777
Outros passivos	506	200
Total Capitais próprios e passivos	1.057.460	1.060.977

Nota 43 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

IFRS 2 (alterada) – Pagamentos em acções: condições de aquisição

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 uma alteração ao IFRS 2 a qual se torna efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração ao IFRS 2 permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

Não se prevê que a presente norma venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo.

IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 o IFRS 3 (revisto) Concentrações de actividades empresariais e uma alteração ao IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica o reconhecimento total do goodwill por contrapartida dos interesses sem controlo) ou como a parcela atribuível do justo valor dos activos líquidos adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos step acquisition em que as novas regras obrigam,

aquando do calculo do *goodwill*, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a registada em resultados e não afecta o *goodwill* e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

Esta revisão do IFRS 3 e alteração do IAS 27 são efectivas para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção destas normas alteradas.

IFRS 8 – Segmentos operacionais

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 o IFRS 8 *Segmentos operacionais* o qual foi adoptada para uso na União Europeia em 21 de Novembro de 2007.

O IFRS 8 define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará o IAS 34 *Reporte financeiro interino*, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Esta norma é de aplicação mandatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IAS 1 (alterado) – Apresentação das demonstrações financeiras

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Setembro de 2007 o IAS 1 (alterado) *Apresentação de demonstrações financeiras* o qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O IAS 1 (alterado) exige que a informação financeira seja agregada na preparação das demonstrações financeiras, em função das suas características de base e introduz a demonstração de “comprehensive income”.

Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios do Grupo decorrentes de transacções com accionistas, enquanto accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de “comprehensive income”.

As alterações impostas pelo IAS 1 terão efeito ao nível da apresentação das demonstrações financeiras do Grupo estando actualmente em curso um trabalho com vista à determinação da extensão das modificações necessárias.

IAS 23 (alterado) – Custos de empréstimos obtidos

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Março de 2007 o IAS 23 (alterado) *Custos de empréstimos obtidos* o qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta norma exige que as entidades capitalizem os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo qualificável, como parte integrante do custo de aquisição, construção ou produção desse activo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

□ II – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Activos qualificáveis correspondem àqueles que necessitam de um período substancial de tempo para ficar prontos para o seu uso pretendido ou para venda.

Não se prevê que a presente norma venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo.

Alteração ao IAS 32 – Instrumentos financeiros: apresentação – Instrumentos financeiros ‘puttable’ e obrigações decorrentes de liquidação

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008 uma alteração ao IAS 32 Instrumentos financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros ‘puttable’ e Obrigações decorrentes de liquidação a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração afecta a classificação de instrumentos financeiros ‘puttable’ e de obrigações decorrentes de liquidação. De acordo com os actuais requisitos do IAS 32, os instrumentos financeiros (i) reembolsáveis em dinheiro ou através da entrega de outros activos financeiros ou (ii) que concedem ao detentor um direito de exigir que o emitente proceda a sua reacquirição (instrumentos ‘puttable’), são classificados como passivos financeiros. A alteração agora efectuada a esta norma, implica que alguns instrumentos que actualmente qualificam como passivos financeiros, passem a ser reconhecidos como instrumentos de capital, caso os mesmos representem o interesse residual último nos activos líquidos de uma entidade.

O IASB alterou ainda o IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras tendo incluído requisitos adicionais de divulgação relativos a este tipo de instrumentos.

Não se prevê que a presente alteração ao IAS 32 venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo.

IFRIC 11 – IFRS 2 – Transacções com acções próprias ou acções de outras entidades do Grupo

O International Financial Reporting Committee (IFRIC) emitiu em 2 de Novembro de 2006 a IFRIC 11 IFRS 2 – Transacções com Treasury shares e Grupo.

O IFRIC 11 vem esclarecer em que condições os pagamentos com base em acções previstos no IFRS 2, envolvendo acções próprias ou acções de outras entidades do Grupo, deverão ser classificados nas demonstrações financeiras individuais das empresas do Grupo como sendo pagamentos com base em acções com liquidação física ou com liquidação financeira.

Este IFRIC é de aplicação obrigatória para o Grupo a partir de 1 de Janeiro de 2008.

Não se prevê que a presente norma venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo.

IFRIC 12 – Contratos de concessão de serviços

O IFRIC 12 Contratos de concessão de serviços entra em vigor em 1 de Janeiro de 2008.

O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados. Esta norma aplicar-se-á apenas a situações onde o concedente a) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e b) controla, os interesses residuais das infra estruturas, na maturidade dos contratos.

Não se prevê que a presente norma venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo.

IFRIC 13 – Programas de fidelização de clientes

O IFRIC 13 Programas de fidelização de clientes foi emitido em Julho de 2007 e entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo por isso apenas relevante para o Grupo a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos mesmos como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

Não se prevê que a presente norma venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo.

IFRIC 14 – IAS 19 – Limite de activos de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimos e sua interpretação

O IFRIC 14 IAS 19 – *Limite de activos de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimos e sua interpretação* é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2008.

Esta interpretação define as condições que devem ser consideradas na avaliação do reconhecimento de activos relacionados com planos de pensões à luz dos limites estabelecidos no parágrafo 58 do IAS 19, e discute a interacção destas regras com os eventuais requisitos mínimos de financiamento estabelecidos legal ou contratualmente.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

The background of the page features a series of concentric triangles that create a sense of depth and perspective. These triangles are composed of numerous thin, parallel lines that converge towards a central point, giving the impression of a tunnel or a series of nested spaces. The lines are a light, muted red color, contrasting subtly with the darker red background.

III Relatório dos Auditores



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

Relatório dos Auditores

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., apresentadas nas páginas 6 a 79, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um total de activos de 10.981.218 milhares de euros, e um total de capital próprio de 1.063.473 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 87.297 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados consolidados, dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor e adoptadas pela União Europeia, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das sociedades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação e do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a verificação, numa base de amostragem, das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada, constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., em 31 de Dezembro de 2007, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") conforme adoptadas pela União Europeia.

Lisboa, 29 de Fevereiro de 2008

**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
representada por

Ana Cristina Soares Valente Dourado
(ROC N° 1011)